

ATA DA XLVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH
Realizada por vídeo conferência, através da Plataforma Google Meet (meet.google.com/nga-hrgm-nwt)

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2020, às 09h, através da Plataforma do Google Meet, com a participação dos conselheiros e participantes regularmente convocados e convidados, devidamente registrados no Chat da Reunião, eu, **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)** dei início aos trabalhos da XLVIII Reunião Ordinária do CRH.

Simone Rosa: “Bom dia a todos! Vou passar a palavra para a nossa Secretária **Fernandha Batista**, que fará a Abertura da nossa reunião, por favor.” **Fernandha Batista (Presidente do CRH):** “Bom dia a todos! É uma satisfação estar aqui, estamos iniciando a XLVIII Reunião Ordinária do CRH, num novo ambiente – virtual, com as novas regras impostas, que na verdade traz uma maior capacidade de participação de todo o grupo que participa desta gestão, digamos que de uma forma democrática, desse tema que é tão importante para todos. É uma satisfação, como eu já disse, estar aqui e fazer uma breve Abertura, com alguns comentários gerais. Ontem, por exemplo, participaram de mais uma reunião, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, a respeito das Obras do São Francisco, dos planos e programas – a curto, médio e longo prazos – dos nossos objetivos junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e hoje estou aqui reunida, no âmbito do Estado, mostra como que esse tema vem sendo priorizado dentro da gestão dos recursos hídricos no Estado de Pernambuco. Nessa reunião de ontem ficou muito claro, que é um dos principais, senão o mais importante tema que a gente discute aqui. Na Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (Seinfra) são diversos temas gerais: de aviação, de sistema viário, mas o tema recursos hídricos é aquele tema que é um grande desafio – especialmente com essa regulamentação do Novo Marco do Saneamento, que também aí está trazendo umas novas atribuições, uma mudança de formato de paradigma, de coisas que a gente já está ajustando – inclusive, enviamos recentemente, o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), para iniciar esse Processo de Regulamentação dentro do Estado, mas buscando, de fato, a Universalização do Abastecimento de Água e do Esgotamento Sanitário. A gente entende que esse tema vai ser discutido aqui, em outro fórum – não é **Simone**? Mas não podemos deixar de comentar que é um tema que tem grande interface com o que a gente discute no âmbito do CRH, por trazer aquela garantia da quantidade e da qualidade da água que tanto se busca. Então, eu proponho **Simone**, que na próxima reunião a gente tenha oportunidade de detalhar, entrar um pouco aí nesse Novo Marco do Saneamento – não só no Marco, mas também nos vetos que foram colocados pela Presidência da República, que devem ser derrubados pelo Congresso Nacional, nos dias, nas próximas semanas – a gente vem acompanhando isso de perto, mas eu faço esse comentário aqui para a gente buscar uma uniformização, e que na próxima pauta a gente consiga ter um tempo – se os senhores concordarem, para a gente uniformizar esse tema dentro do Estado. A gente vem participando também, das reuniões que acontecem também no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) – na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, na Câmara Técnica de Segurança de Barragens e em todas as reuniões do CNRH. Esse nosso novo formato é bem consensuado e vem funcionando também no CNRH. Então, a gente tem grandes expectativas de que toda a discussão, ainda que seja virtual, ela continue trazendo o enriquecimento que sempre trouxe nos nossos fóruns, lá no Auditório do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco (DER/PE). Queria dizer que cada mudança que a gente enfrenta nesse tema vira um novo desafio, e a mudança específica que estou falando é a que aconteceu bem recente, na Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, houve a mudança do Secretário, dois dias atrás, mas que a gente vem de forma muito atuante, pois é um trabalho conjunto, na Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, na Presidência da Apac e nós aqui, na Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (Seinfra), lutando para tudo o que a gente compactua no CRH. Então, ainda que haja, de vez em quando, uma mudança no Governo Federal, a gente vem conseguindo manter as nossas metas dentro do Estado e as nossas cobranças junto ao Governo Federal, em relação às nossas grandes metas. A nossa interlocução com a Agência Nacional de Águas (ANA) vem sendo mantida, na verdade vem sendo intensificada nos últimos tempos, nos últimos meses, e isso só trás a segurança de que a gente só está no caminho certo para fazer uma gestão de recursos hídricos participativa, justa, nesse tema que trás benefícios, e que deve ser planejado por todos nós. Eu vou parar por aqui, para **Simone** poder dar andamento à pauta que foi proposta para essa reunião. Desejo sucesso nas nossas decisões

47 conjuntas, colegiadas! E sempre me coloco à disposição para a gente discutir tudo aquilo que vá trazer desenvolvimento
48 e melhorias para o Estado, no âmbito dos recursos hídricos. Então, vou passar a palavra para **Simone**, que irá proceder
49 com a reunião – talvez eu não consiga ficar até o fim, mas vou ficar todo o tempo que for possível para a gente debater
50 todos os temas presentes na pauta. Um abraço a todos!" **Simone Rosa**: "Obrigada então, Secretária **Fernandha**, por
51 suas palavras de Abertura! Lembrando também que, cada vez que for dada a palavra para um dos conselheiros, a gente
52 pede que se identifique porque a reunião está sendo gravada, e a gente precisa depois transcrever a Ata, e como temos
53 várias pessoas participando virtualmente – e nem todos são conselheiros, necessariamente, se inscreve no Chat para
54 falar, assim que for dada a palavra, se identifique cada uma das vezes que for falar. Nós já temos 16 (dezesesseis)
55 conselheiros votantes presentes na reunião e após essa primeira sessão de Informes, nós vamos registrar os presentes,
56 para dar tempo de que outros conselheiros também possam registrar suas presenças. Eu também dou meu bom dia a
57 todos, que sejam todos muito bem-vindos! De imediato, passo a palavra para o primeiro item dos Informes para a
58 Presidente da Apac, **Suzana Montenegro** - na verdade, os dois itens dos Informes, tanto o item relativo ao
59 Enquadramento como o item relativo à Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) serão feitos pela
60 Apac. Então, eu já passo a palavra para a Presidente da Apac, **Suzana Montenegro**, para que ela possa dar os 02
61 (dois) Informes – vai haver uma apresentação, que já iremos projetar para vocês, para que **Suzana** possa fazer o uso da
62 palavra." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Bom dia a todos e a todas! É uma satisfação estar aqui mais
63 uma vez! Eu tenho dois Informes aqui, da Apac. Vou procurar ser muito breve, são duas apresentações muito curtas,
64 mas só para que o conselho possa melhor se situar nos dois temas. O primeiro é o **Enquadramento dos Corpos**
65 **d'Água na Bacia do Rio Ipojuca** – já tem a projeção aí? Todos me ouvem, o som está bom? Então, eu acho que
66 grande parte de vocês já sabem que nós finalizamos um contrato, no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental da
67 Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca (PSA-Ipojuca), com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento
68 (BID). A contratada foi o Consórcio ASTEP-ENGIDRO-AGRI-PRO AMBIENTE para o Enquadramento dos Corpos
69 Hídricos Superficiais e Subterrâneos da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca, foi um prazo – o estudo e todo o projeto teve
70 um prazo de execução de 32 (trinta e dois) meses – com início em maio/2017 e a conclusão foi em dezembro/2019. Ai
71 estão os valores empreendidos: aproximadamente R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais) e mais um
72 valor em euros, de aproximadamente 418.000 € (quatrocentos e dezoito mil euros). E como eu disse a fonte de recursos
73 foi o BID, no âmbito do PSA-Ipojuca, no Eixo Socioambiental. Na verdade, a Apac tinha várias ações propostas, todas
74 basicamente relacionadas com os instrumentos estabelecidos pela Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
75 Então, a importância do Enquadramento, é um dos instrumentos de gestão e esse é o primeiro estudo do Estado de
76 Pernambuco para o Enquadramento. É muito positivo que tenha sido, exatamente, na Bacia do Rio Ipojuca, porque é
77 uma bacia de elevado grau de poluição, e no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental do Ipojuca (PSA-Ipojuca),
78 porque eu acho que essa é uma das formas, realmente, que nós temos de garantir que esse instrumento seja efetivo na
79 melhoria da qualidade da água – que é o que se propõe o Enquadramento dos Corpos Hídricos, um enquadramento de
80 acordo com classes de uso prioritário, de uso preponderante. Evidentemente, esse instrumento tem uma ligação com os
81 outros instrumentos de gestão, com outorgas de lançamento e captação, com a cobrança, com o plano de bacia – tudo
82 está absolutamente relacionado e acho que é uma grande oportunidade para o Estado, uma referência, inclusive, para
83 esse instrumento nas outras bacias. Ele também é o suporte para outros instrumentos gestão ambiental, a exemplo de
84 licenciamento, ligado também com o monitoramento da qualidade da água e com a fiscalização. Existe também, uma
85 adequação em investimentos em saneamento previstos e/ou iniciados na própria Bacia do Rio Ipojuca. Então, foi
86 extremamente importante no Eixo Socioambiental, essa ação ter sido inserida, e eu acho que é uma oportunidade para o
87 Estado – e o CRH tem um papel fundamental para a efetiva implementação desse instrumento. Essas foram as etapas
88 do projeto: Diagnóstico da Bacia, Prognóstico - considerando Cenários Futuros, Proposta de Enquadramento – quero
89 dizer que até aqui, antes de falar nas outras etapas, todo o processo teve a participação de um grande número de
90 instituições, de pessoas físicas e 05 (cinco) oficinas, uma reunião da Câmara Técnica do COBH-Ipojuca – justamente
91 para apresentar e analisar essa Proposta de Enquadramento. Na sequência das etapas tivemos: o Plano de
92 Investimentos, as Análise e Deliberações do COBH – antes dessas etapas do COBH, além de todas as oficinas, foi feita
93 uma reunião específica do Consórcio com a Compesa – porque, claro a Compesa tem um grande impacto nessa
94 questão de Qualidade da Água, das Metas de Enquadramento, por conta dos lançamentos das águas residuárias.
95 Cumprimos até as Análises e Deliberações do COBH e nós temos uma Proposta de Enquadramento, um programa de
96 efetivação do Enquadramento – que foram aprovadas pelo COBH-Ipojuca em dezembro/2019. Essa proposta foi
97 encaminhada, primeiramente, para a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), e no final, ela virá aqui para o
98 CRH. Bem, o Relatório final do Enquadramento e a Minuta de Resolução do CRH, enviados ao CRH em julho/2020 e

99 aprovados pela Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP). Então, é nesta etapa que a gente está
100 agora: Análise e Deliberações do CRH, para que então esse instrumento seja implementado efetivamente -
101 Implementação do Programa de Efetivação. Esse é o primeiro Informe – alguém tem alguma consideração a fazer?
102 Alguém da Apac quer fazer algum esclarecimento a mais? **Gilberto** está aí, que acompanhou todo o contrato, **Gilberto**,
103 enquanto Gerente de Monitoramento e Fiscalização, mas outras unidades da Apac também acompanharam, como a
104 Gerência de Outorga e Cobrança, a Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos e a Diretoria de Regulação e
105 Monitoramento. Alguém da Apac quer se manifestar, antes que a gente passe a palavra para **Simone** e ela possa abrir
106 para discussão? Ninguém! Então, **Simone** se você quiser abrir para discussão, fique à vontade!" **Simone Rosa**: "Então,
107 por favor, **Ricardo Braga**, pode se manifestar." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Dra. **Suzana Montenegro**, eu queria só tirar
108 uma dúvida, em relação aos valores: eu anotei aqui: 418.000 € (quatrocentos e dezoito mil euros) e R\$ 985.000,00
109 (novecentos e oitenta e cinco mil reais) – então esse "e", significa mais, ou é essa conversão de euro para reais?"
110 **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Não, nesses dois valores é mais, sim! É R\$ 984.839,34 + 418.057,33 €."
111 **Ricardo Braga (da ANE)**: "Se for assim, somados, em moeda atual, é algo como R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de
112 reais) + R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais), é isso?" **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**:
113 "Isso mesmo!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "E aí eu queria saber se essa conversão do euro para o real, é feita à medida
114 que vai sendo liberada a parcela, ou houve uma conversão no início, em 2017?" **Suzana Montenegro (Presidente da**
115 **Apac)**: "Veja **Ricardo**, na verdade, o valor real ele é inserido no início do projeto, da negociação, mas ele é sempre pago
116 em euro, porque uma das empresas que compõe o Consórcio é portuguesa – eu pago sempre em euros." **Ricardo**
117 **Braga (da ANE)**: "E naturalmente, que a parte brasileira, também recebe em euros?" **Suzana Montenegro (Presidente**
118 **da Apac)**: "Não, a parte brasileira recebe em reais. **Ricardo**, eu nem gostaria de abrir essas questões administrativas
119 porque foi um contrato bem complexo – com relação a esses pagamentos, etc. Mas enfim, é um valor em real, fixo e um
120 valor em euros." **Fernando Acioli (da Apac)**: "Eu poderia complementar aqui, **Ricardo**, dá licença **Suzana**? A empresa
121 brasileira recebe também em euros, na conversão, porque como é pago no contrato, é um percentual para cada
122 empresa, e na hora da conversão todas elas recebem em real e euro." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Eu
123 ainda esqueci de comentar nas unidades da Apac envolvidas, a Gerência de Revitalização de Bacias. Claro, que como
124 são vários instrumentos, lidam também várias unidades da Apac, assim como a Gerência de Apoio aos Organismos de
125 Bacias, uma vez que o COBH-Ipojuca teve um papel também muito importante." **Ricardo Braga (da ANE)**: "Ok, muito
126 obrigado!" **Simone Rosa**: "Seguindo a ordem de inscrição, aqui no Chat, o próximo conselheiro inscrito para falar é o
127 conselheiro **Edson Piaba**, por favor." **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "Bom dia a todos! Na realidade, eu já entendi
128 tudo agora. Já passou pela CTPPP, e agora tem as outras Câmaras Técnicas. Podem dizer quais são as outras
129 Câmaras Técnicas que tem que passar esse Enquadramento, para ser tudo aprovado?" **Suzana Montenegro**
130 **(Presidente da Apac)**: "**Simone** pode responder, porque isso, na verdade, foi enviado ao CRH através da Presidência
131 do CRH." **Simone Rosa**: "Vejam, inicialmente vai para a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) –
132 tem uma interface com a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), mas não necessariamente ela precisa ir –
133 porque é um ponto de Enquadramento, então ela vai diretamente para a Câmara Técnica de Assuntos Legais e
134 Institucionais (CTALI)." **Ricardo Braga (da ANE)**: "**Simone**, esclarecendo que a CTALI, neste caso, vai se pautar
135 apenas na questão normativa-institucional. O que for de caráter técnico, no máximo, a CTALI vai fazer as suas
136 observações e encaminhar para quem de direito. Na realidade ela não pode modificar – sendo uma questão técnica – a
137 CTALI é normativa." **Simone Rosa**: "Exato **Ricardo**! A colocação é exatamente esta! A CTALI só faz o fechamento de
138 questões normativas, e depois a aprovação em Plenário. Então, mais alguma questão **Edson**, senão podemos passar
139 para o próximo inscrito? O próximo conselheiro inscrito é o Professor **Waldir Costa**, por favor." **Waldir Costa (da**
140 **UNIECO)**: "Bom dia a todos! Eu queria simplesmente saber por que razão o documento vai para a CTALI, e não vai para
141 a CTAS, considerando que o Enquadramento é de Corpos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, então os subterrâneos
142 deveriam ser analisados pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS)." **Suzana Montenegro (Presidente da**
143 **Apac)**: "Na verdade, professor **Waldir**, o Enquadramento de Águas Subterrâneas, efetivamente, ele não entrou na
144 proposta, por uma série de dificuldades, inclusive, pela pouca ocorrência de águas subterrâneas nesta bacia. Enfim, a
145 gente pode depois, até fazer uma apresentação na CTAS – eu acho que é pertinente, ou até mesmo para o conselho,
146 uma apresentação mais detalhada do estudo – se assim for desejado." **Simone Rosa**: "Então, eu acho que está
147 respondida essa questão, professor **Waldir**, não acha? Está satisfeito com essa resposta?" **Waldir Costa (da UNIECO)**:
148 "Estou satisfeito, porque eu até estava surpreso de se fazer esse Enquadramento de Corpos Hídricos Subterrâneos, num
149 ambiente totalmente de aquífero fissural – não vejo como fazer! Então, eu estava curioso só para saber como é que
150 fizeram!" **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Esse era o título, o objeto do contrato, mas a conclusão do

151 estudo é que havia baixa ocorrência de águas subterrâneas na Bacia do Ipojuca!" **Simone Rosa**: "Obrigada **Suzana**,
152 pelo seu esclarecimento! Eu queria até fazer mais um comentário com relação a esse tema, que é genérico, que é o
153 seguinte: no Brasil, de forma geral, o Enquadramento de Corpos Hídricos Subterrâneos, ele ainda é muito, digamos que
154 incipiente! Então, quando a gente trata de Enquadramento de Corpos Hídricos, embora exista Enquadramentos de
155 Águas Superficiais e Subterrâneas, mas se iniciou o Enquadramento por Águas Superficiais, no Brasil, de forma geral.
156 Então, isso que ocorreu, especificamente na Bacia do Ipojuca, onde praticamente não temos bacias sedimentares – esse
157 procedimento tem sido feito, de uma forma geral, no Brasil, focando no Enquadramento das Águas Superficiais! E depois
158 de um tempo, parece que nos demos conta, que temos que fazer também o Enquadramento das Águas Subterrâneas.
159 Então, é perfeitamente normal isto que tem acontecido aí, está perfeitamente dentro da normalidade, da realidade
160 brasileira. Temos também inscrito o **Alexandre Ramos**, então por favor, a palavra é sua." **Alexandre Ramos (da**
161 **CTPPP-Semas)**: "Bom dia! Eu fui a pessoa da CTPPP que fiz o Parecer Técnico para essa Proposta de Enquadramento
162 e no debate, que aconteceu na última reunião da CTPPP, a gente colocou no Parecer – a partir do debate – uma
163 recomendação para essa Proposta de Resolução do Enquadramento passar pela CTAS. Uma observação que eu tinha
164 feito lá na CTPPP, é que o Enquadramento de Águas Subterrâneas está como um programa dessa Proposta de
165 Enquadramento, desse Estudo de Enquadramento, um dos programas é o Programa para Efetivar o Enquadramento de
166 Águas Subterrâneas – e está lá colocado como média prioridade. A CTPPP recomendou também – nesse Parecer
167 Técnico que este programa fosse colocado como alta prioridade – e não, como média prioridade. E a partir disso a gente
168 remeteu, como proposta, que fosse para a CTAS também, essa Proposta do Enquadramento do Ipojuca." **Suzana**
169 **Montenegro (Presidente da Apac)**: "Com licença, eu queria só fazer um acréscimo: na verdade, como eu já disse, a
170 gente pode fazer depois uma apresentação mais detalhada dos estudos, mas a recomendação que saiu desse estudo,
171 como não havia condições, inclusive não só pela baixa ocorrência de águas subterrâneas na bacia, mas também por
172 uma ausência de formas de avaliar os padrões de qualidade vigentes, porque não se tem um monitoramento de
173 qualidade da água subterrânea na bacia. Então, uma das propostas foi de justamente implementar dentro do
174 monitoramento da qualidade da água na Bacia do Ipojuca, para no futuro, como parte do programa, fazer o estudo para o
175 Enquadramento de Águas Subterrâneas." **Simone Rosa**: "Ok, obrigada **Suzana**, pelos esclarecimentos! Não temos mais
176 inscritos para este tema do enquadramento, então entendo que as dúvidas estão todas sanadas, e com isso passamos
177 para o próximo ponto." **Ricardo Braga (da ANE)**: "**Simone**, tem duas observações no Chat: uma de **Jorge Fieza** e outra
178 de **Waldir Costa**." **Simone Rosa**: "Mas não foi solicitada a palavra para manifestação – pelo que me passou. Uma
179 questão de ordem gente, nós estamos funcionando da seguinte forma: inscrição no Chat – e aí tem uma pessoa
180 registrando as inscrições e vai me dando a ordem, e aí eu chamo aqui. As inscrições que foram feitas até agora, foram
181 essas dos conselheiros que eu já chamei. Então, se mais alguém quiser se manifestar – mesmo que seja uma segunda
182 manifestação, é preciso necessariamente colocar no Chat – eu vou até olhar o Chat aqui. Ah, sim! Estou vendo aqui,
183 então **Waldir Costa** se inscreveu novamente, perfeito! Então, vamos lá, professor **Waldir**, por favor!" **Waldir Costa (da**
184 **UNIECO)**: "Eu queria apenas lembrar que essa questão de enquadramento já estão fazendo há alguns anos – a partir de
185 quando se estabeleceu a resolução específica para as águas subterrâneas, nós fizemos acerca de 05 (cinco) anos atrás
186 o Enquadramento de Corpos de Águas Subterrâneas para a região de Maceió – e foi feita! Então, por isso que eu estou
187 dizendo: é sempre importante que essa questão de Enquadramento de Águas Subterrâneas seja sempre considerada,
188 juntamente com o das Águas Superficiais!" **Simone Rosa**: "Ok, então!" **Jorge Fieza (da Assoc. Fazenda Fieza)**:
189 "Dra.**Simone**, eu coloquei no Chat só uma pergunta, que a Sra. mesma pode responder. Não julguei que seria
190 necessária uma inscrição, que iria parar tudo e falar." **Sandra Ferraz (da SERH)**: "Vamos conversar com a CTPPP!"
191 **Simone Rosa**: "Certo! Veja **Jorge**, não houve ainda essa decisão de que não será encaminhada para a CTOC. Então,
192 no âmbito da CTPPP, vai haver uma conversa com a Coordenação da CTPPP para haver um entendimento com os
193 membros da CTPPP, se há necessidade de ir para a CTOC, e talvez também você possa ser convidado para essa
194 conversa – eu vou articular aqui com **Sandra**, que Coordena as Câmaras Técnicas, então isso será uma decisão
195 conjunta – não é uma decisão unilateral da Presidência ou da Secretaria Executiva do CRH. Eu acho que isso aí é um
196 entendimento e a gente vê qual é o encaminhamento que pode ser dado. OK, de acordo? Certo! Encerramos então, a
197 questão do Informe do Enquadramento e passamos, então para o próximo Informe, que também será feito aqui pela
198 Apac, e aí eu peço para a Presidente da Apac, **Suzana Montenegro** – não sei se ela mesma vai fazer a apresentação
199 da Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Está colocado aqui para vocês, então, por favor,
200 **Suzana**." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Esse tema foi abordado também na última reunião do CRH, na
201 verdade, é um informe do estágio atual do contrato: que foi iniciado no âmbito do Programa de Sustentabilidade Hídrica
202 (PSH); com o financiamento do Banco Mundial (BIRD): a Apac é a Gestora do Contrato; a empresa contratada, na



203 verdade, foi um Consórcio formado pela Profill Engenharia e pela Alfasigma; com Prazo de Execução prevista para 18
204 (dezoito) meses; num valor total, em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); a Fonte dos Recursos
205 originalmente prevista era o PSH, mas este programa cessou no dia 30 (trinta) de maio de 2020 e nós conseguimos
206 pagar, efetivamente, apenas 5% (cinco por cento) do Valor Total do Contrato, que corresponde a aproximadamente R\$
207 100.000,00 (cem mil reais); o contrato foi suspenso por 120 (cento e vinte) dias, em 05 (cinco) de maio de 2020, por
208 conta da Pandemia – principalmente pela impossibilidade de realização das Oficinas dos Diagnósticos, que seria a etapa
209 seguinte; o Consórcio entregou esse produto do Diagnóstico, do Diagnóstico Consolidado – como nós vamos ver no slide
210 seguinte, mas o contrato previa que fossem realizadas oficinas para discussão e consolidação desses produtos, mas não
211 haviam condições de realização, então nós fizemos algumas reuniões com o Consórcio para ver um formato de
212 realização dessas oficinas – essa proposta de forma remota, como estamos fazendo essa nossa reunião agora, e tantas
213 outras – essa proposta já foi analisada e aprovada pela CTPPP e nós estamos em vias de finalizar o Prazo de
214 Suspensão, agora, em setembro próximo. A questão é o restante dos recursos para a continuidade do contrato e,
215 portanto, a finalização da Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), ela está na pauta para
216 aprovação da Câmara de Programação Financeira (CPF) do Governo do Estado de Pernambuco, para o restante ser
217 financiado com recursos do Tesouro. Está aí o slide seguinte?” **Simone Rosa**: “Deu um “*delay*” aqui, **Suzana**, porque o
218 slide seguinte está aqui na nossa tela, mas não chegou para todos – não sei por qual motivo! Agora conseguimos mudar
219 o slide.” **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: “Então, esses são os produtos previstos no contrato: com o
220 percentual e o valor de desembolso, a situação atual, a entrega prevista no Plano de Trabalho Detalhado (PTD) e a
221 aprovação estimada após a suspensão – assumindo que nós vamos retomar esse contrato agora, a partir do início de
222 fevereiro de 2021 – claro que a retomada depende, efetivamente, da liberação dos recursos. Eu ainda não tenho notícias
223 se isso passou na reunião de ontem – estava na pauta da CPF e nós ficamos aguardando esta definição. A partir daí é
224 que, efetivamente, nós vamos “bater o martelo” com relação a essas novas propostas de datas para a finalização, após a
225 suspensão. Então, essas duas etapas: o Relatório Técnico Parcial-1 (RTP-1) dos Diagnósticos e o Diagnóstico Integrado
226 (DI), eles estão em análise na CTPPP – a análise e a aprovação, a estimativa é que sejam finalizadas até meados de
227 setembro de 2020. Então, também a gente estaria liberando o pagamento dos produtos entregues, desde que
228 aprovados, e a partir daí iniciar as outras etapas previstas - nesse e no quadro (slide) seguinte. E a finalização da
229 Atualização do Plano Estadual estaria prevista para 01 (um) de setembro de 2021. O **Erik Cavalcanti** (Gerente da Apac)
230 pediu a palavra agora, e na verdade, é quem está acompanhando mais de perto toda a questão da Gestão do Contrato –
231 o Termo de Referência foi, efetivamente, escrito, desenhado pela Gerência de Planos e Sistemas de Informação (GPSI)
232 da Apac. Então, **Erik** pediu a palavra para alguma complementação. E eu não sei se **Simone** ou **Fernandha** – que não
233 sei se ainda está aí – se já tem alguma notícia, com relação à liberação dos recursos, porque eu acho que esse é o
234 ponto de maior ansiedade agora, porque está mais do que demonstrado a importância de um Plano de Bacias, de um
235 Plano Estadual, e num momento que a gente está vivendo aí – alinhado com as Diretrizes Nacionais de Plano Nacional
236 de Segurança Hídrica, etc. Então, eu costumo sempre dizer e eu repito muito isso: gestão é muito barato, não é? O
237 Plano custa R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e o que ele pode trazer de benefícios para a Gestão de Recursos
238 Hídricos no Estado – e considerando os recursos hídricos como um fator de desenvolvimento. Bem, eu encerro aqui e
239 fico à disposição para algum esclarecimento, mas acho que **Erik** quer fazer alguma complementação.” **Simone Rosa**:
240 “Ok **Suzana**, obrigada! Então, só como você citou aí a questão dos recursos para o PERH, então antes de passar a
241 palavra para o **Erik**, eu só vou situar aqui para os nossos conselheiros que, realmente, nós encaminhamos para a
242 Câmara de Programação Financeira (CPF), esta e várias outras demandas, e a gente tem uma Lista de Prioridades, e
243 como nós tivemos outras demandas atendidas, mas a CPF nunca libera mais do que uma ou duas demandas em cada
244 reunião – e a nossa lista era extensa, com quase 10 (dez) itens, então nós tivemos algumas demandas aprovadas,
245 inclusive, em relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) na última reunião da CPF, mas está na
246 prioridade número um o PERH, e nós teremos a próxima reunião na sexta-feira dessa semana, em que temos duas
247 demandas prioritárias, e a primeira é o PERH. Então estamos ansiosamente aguardando, possivelmente nessa semana
248 seja liberado os recursos, mas eu mantereirei informados – assim que eu tiver essa notícia sobre a questão da liberação
249 desses recursos, mas a CPF está sensibilizada para isso, porque isto a Secretária **Fernandha** já articulou, então tenho
250 aqui, não vou dizer a garantia, mas tenho o pressentimento de que realmente isso vai ser aprovado muito em breve,
251 talvez ainda nessa semana, na próxima reunião da CPF. Então passo a palavra para o **Erik**, para fazer
252 complementações do que achar necessário.” **Erik Cavalcanti (GPSI-Apac)**: “Bom dia a todos! Bem, é só uma
253 complementação do que **Suzana** falou: desde que a gente redigiu essa apresentação, até este momento, teve uma
254 pequena atualização é que a CTPPP já concluiu sua avaliação, já emitiu um Parecer Técnico e o Grupo de Trabalho

255 composto por representantes da Apac e da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH) também concluiu sua
256 análise – a gente está esperando, tão somente, o contrato retornar para começarmos a correção desses produtos.”
257 **Simone Rosa:** “Ok, obrigada **Erik**! Até o momento, não temos nenhum inscrito no Chat para falar aqui sobre o PERH,
258 então acredito que não haja mais nenhuma dúvida sobre essa questão da Atualização do PERH, com isso, vamos dar
259 andamento na pauta da nossa reunião. Neste momento, constatamos haver quórum para nossa reunião e registramos as
260 presenças dos conselheiros(as): **Abelardo Montenegro e Anderson Paiva (ambos da ABRH), Ana Gama e Fátima**
261 **Coeli (ambas da SEDUH), Fernandha Batista (Presidente do CRH) e Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH),**
262 **André Moura Leite (da SEPLAG), Anísio Coelho (da FIEPE), Alexandre Moura (do DNOCS), Edson Piaba e Herbert**
263 **Tejo (ambos dos COBHs), Fernando Lôbo (da COMPESA), Igor Oliveira (da SDA), Inamara Melo (da SEMAS),**
264 **Itamar Soares (da SES), Jaime Cabral (da UPE), João Pessoa (da FAEPE), Jorge Fieza e Paulo André (ambos da**
265 **Fazenda Fieza), José de Assis Ferreira e José Liberato (ambos da ABAS), Marcelo Teixeira (da CODEVASF),**
266 **Marcos Mendonça (da Usina Central Olho D’água), Maria Tereza Dutra (da IFPE), Ricardo Moura (da AFCEP),**
267 **Ricardo Braga (da ANE), Tiago Delfino Filho (do SINDAÇÚCAR), Waldir Costa (da UNIECO), Waldir Duarte Costa**
268 **Filho (da CPRM) – não participaram desta reunião os conselheiros, representantes do Poder Executivo Municipal**
269 **(Prefeitos) e nem do Poder Legislativo Estadual (Deputados Estaduais).** Registramos também a presença dos
270 convidados(as): **Antônio Eduardo Lanna e Roberta Alcoforado (ambos do Consórcio Profill/Alfasigma), Alexandre**
271 **Ramos (da SEMAS), Anna Elis, Gizélia Rodrigues, Hilqueline Alves e Sandra Ferraz (todas da SERH), Elayne**
272 **Costa, Marcelle Rafael e Pamella Cavalcanti (todas da SEINFRA), Erik Cavalcanti, Ericka Melo, Fernando Acioli,**
273 **Gilberto Queiroz Filho, Lorenza Ferreira, Lúcia Helena, Maria Crystianne Rosal, Mariucha Lima, Thiego Silva,**
274 **Raquel Machado, Suzana Montenegro e Robertson Fontes (todos da APAC), José Carlos Oliveira (do CREA/PE),**
275 **Kátia Távora Maia (do DNOCS), Maurício Souza (Técnico da Tebe Locacenter), Wellington Eliazar (do COBH-**
276 **Goiana) e Débora Valões (que não se registrou no Chat).** **Tiago Delfino (do Sindaçúcar):** “**Simone, José Reginaldo**
277 **se desligou do Sindaçúcar, e a gente precisa saber, depois, como proceder – se Gizélia, depois, pudesse nos orientar**
278 **como é que a gente faz essa substituição.” Simone Rosa:** “Pronto, é só formalizar, através de um ofício, **Tiago.** Então,
279 iniciamos a parte das deliberações e o primeiro ponto são as aprovações das Atas anteriores. Nessa reunião nós temos
280 que aprovar duas Atas, porque nessa última foi marcada uma Reunião Extraordinária, e ainda não tínhamos preparada,
281 a tempo, a Ata da Reunião Ordinária anterior. Primeiro eu coloco em pauta a Aprovação da Ata da XLVII Reunião
282 Ordinária do CRH, que aconteceu no dia 12 (doze) de março de 2020 – todos os conselheiros previamente receberam
283 essa Ata por e-mail, o que dispensa aqui uma leitura da Ata, que é um documento bastante extenso. Então, vamos fazer
284 como de praxe, eu vou abrir aqui a palavra e peço que se inscrevam pelo Chat – que consulto agora para ver se há
285 alguma inscrição para isso. Vocês acham necessário projetar a Ata aqui? Todos receberam previamente e quem tiver
286 sugestões de alterações ou complementações, pode já se manifestar, diretamente no ponto que seja solicitar a projeção
287 ou a alteração. Mas se acharem necessário, poderemos projetar a Ata aqui – caso haja alteração. Temos já uma
288 inscrição aqui do professor **Waldir Costa.** Então, professor **Waldir** pode se manifestar a respeito da Ata, por favor.”
289 **Waldir Costa (da UNIECO):** “Bem, inicialmente, eu notei a falta da identificação da pessoa que está falando no início da
290 Ata, que certamente foi a Presidente da Reunião, mas não se identificou – ficou falando, mas não disse quem era; na
291 linha de número 192, eu queria fazer somente uma consulta: se houve renovação do contrato do PSH, que se encerraria
292 em 30 (trinta) de março de 2020? Mas essa pergunta, depois, poderá ser respondida; na linha 270, tem o nome de uma
293 cidade “Carnaíba” que está escrita com letra minúscula – isso aí é uma mera correção da digitação; na linha 272, o
294 colega **Queiroga** falou que iria pedir a minha opinião sobre a questão da hidrogeologia na Bacia do Pajeú, mas até agora
295 eu estou esperando que ele faça essa solicitação, que ainda não foi feita; nas linhas 342 e 343, gostaria de saber como é
296 que ficou a questão da participação de Pernambuco, junto ao COBH-São Francisco, em relação à Bacia do Moxotó? Na
297 linha 348, eu queria saber, finalmente, como ficou a comemoração dos 10 (dez) anos da Apac? Eram essas as
298 observações que eu queria fazer sobre esta Ata.” **Simone Rosa:** “Professor **Waldir**, eu só não anotei aqui no início, eu
299 registrei a partir da linha 270, mas a primeira alteração que o senhor pediu, foi muito rápido, eu não tinha pego a caneta
300 ainda.” **Waldir Costa (da UNIECO):** “A primeira de todas, foi exatamente a questão da falta de identificação no início da
301 Ata, onde se diz: “.... presentes os conselheiros.... registramos através de telefonemas e e-mails, vem os nomes dos
302 conselheiros e depois vem: bom dia a todos os conselheiros presentes – e daí continua, mas sem dizer quem é que está
303 falando.” **Simone Rosa:** “Professor **Waldir**, as restantes eu registrei. Eu vou fazer uns comentários aqui, **Gizélia**, e
304 depois você pode complementar, ou você quer falar agora?” **Gizélia Rodrigues (da SERH):** “Com licença Secretária, só
305 um detalhe, essa Ata da reunião presencial, é de março de 2020, a senhora conduziu os trabalhos e a senhora assina no
306 final, pois ela foi presencial, então não precisa no início, dizer que Simone disse isso ou aquilo, porque a senhora assina

o documento no final." **Simone Rosa**: "Obrigada, **Gizélia**, pelo esclarecimento. Vou passar os próximos: essas questões de forma, nós já registramos para corrigir a grafia de "Carnaíba"; essa questão que o senhor comentou de que vai ser solicitado ao senhor um esclarecimento – não cabe à Secretaria Executiva do CRH, já que vai ser solicitado por outra pessoa – foi esse o entendimento aqui; e em relação da representação do COBH-Moxotó, eu passo para a Apac que conduz essa questão dos organismos de bacias, para ver qual é a informação aí de como seria a participação aí no COBH-Moxotó – não sei se **Suzana** ou alguém da Apac tem alguma informação sobre esse questionamento do professor **Waldir**." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: "Desculpe! Eu saí da reunião, pois perdi a conexão aqui, não escutei a questão. **Lúcia** está presente, você escutou? **Lúcia** é a Gerente de Apoio aos Organismos de Bacias (Gaob-Apac), porque eu não escutei a questão." **Lúcia Helena (Gaob-Apac)**: "Eu estou presente, mas a gente ainda não tem nenhuma informação sobre isso!" **Simone Rosa**: "Ok! Mais algum comentário, ou solicitação de alteração, ou complementação, dessa Ata da Reunião-CRH, que foi presencial, no dia 12 (doze) de março de 2020, que foi através de uma sessão ordinária? Não temos nenhum inscrito aqui no Chat! Então, vamos colocar em votação! Vamos fazer aquela forma bem prática, que é a seguinte: que se alguém for contrário à aprovação dessa Ata, da forma como está – com essas pequenas correções de grafia, que o professor **Waldir** sugeriu – quem for contra se manifeste, e quem concordar permaneça – já que não podemos levantar os crachás aqui, fica difícil eu contar. Quem for contra se manifeste aqui pelo Chat, e quem concordar com a aprovação, por favor, se mantenha em silêncio. Bem, como não temos nenhuma manifestação aqui, contra a aprovação da Ata, então consideramos aprovada a XLVII Reunião Ordinária do CRH, de 12 (doze) de março de 2020, com as correções solicitadas. A próxima Ata, que foi a XX Reunião Extraordinária do CRH, que aconteceu de forma remota, no dia 14 (quatorze) de julho de 2020 – foi a nossa primeira reunião remota e imediatamente anterior a esta de hoje. Como todos os conselheiros previamente receberam também este documento. Temos já uma inscrição do professor **Ricardo Braga**, sobre esta Ata. Na verdade, estou verificando novamente a inscrição aqui no Chat, do professor **Waldir** – que deve ser para esta nova Ata. Temos, então, as inscrições do professor **Waldir** e depois a do professor **Ricardo Braga**. Então, professor **Waldir**, por favor, por ordem de inscrição, pode se manifestar a respeito da Ata da XX Reunião Extraordinária." **Waldir Costa (da UNIECO)**: "São duas situações. Uma é uma correção na linha 212, para colocar a palavra "custo", em vez de "custa" – erro de digitação apenas! Nas linhas 275 e 279 foi feito um comentário pelo conselheiro **Paulo André**, a respeito das análises da água, onde ele referencia a necessidade de incluir a análise microbiológica e também fala sobre o prazo das análises – ele pergunta se as análises têm prazo de 30 (trinta) dias, ou de meses, de ano, ou indefinidamente? Quanto a questão da análise microbiológica, ela está inserida na própria Resolução, em seu Art.1º, no Art.4º e em vários artigos que falam sobre análise microbiológica, só que o anexo foi só para a análise físico-química, e na 4ª (quarta) coluna do anexo é sobre o prazo de validade – eu não sei porque o nosso amigo não verificou isso! E respondendo ao **Paulo André**, realmente, a sua proposta já está contemplada na análise, pois tem os prazos na tabela do anexo, como também fala da análise microbiológica em vários artigos – só isso!" **Simone Rosa**: "Ok, obrigada professor **Waldir**! Obrigada pelos esclarecimentos, mas esse comentário não acarretará nenhuma alteração na Ata – porque a Ata é o registro fiel do que se passou na reunião – então, agradecemos os esclarecimentos, mas isto não acarretará em alteração na Ata! Eu passo agora ao próximo inscrito, que é o conselheiro **Ricardo Braga**." **Ricardo Braga (da ANE)**: "São duas alterações: uma na linha 343, em que estava se falando da CTALI, da participação do professor **Waldir Duarte**, e lá diz assim: "participou da própria CTALI" – na realidade seria para dizer: "participou de reunião da própria CTALI" – porque ele não era membro da CTALI e a reunião foi já no início deste ano, foi ainda presencial, lá na Apac, e então convidamos o professor **Waldir** para tirar dúvidas da CTALI, a respeito de algumas questões que eram técnicas. Então, ele "participou de reunião da própria CTALI" – tem que colocar aí as palavras "de reunião"; a outra é na linha 549, quando estava se discutindo sobre o esvaziamento do COBH-Pajeú, e eu falava que o homem pequeno – que é uma figura muito interessante, acho que ele renunciou, estava se sentindo solto, e eu disse que "ele era como um pavão sem penas para voar" – como se fosse uma ave sem esqueleto – foi uma licença poética, não é? Mas aí a pessoa colocou que ele era uma "armação" – ele jamais foi uma armação! Então, tem que se mudar de "armação" para "pavão" – não sei se ele gosta dessa comparação, mas fui que fiz e tenho que assumir! Em relação a linha 554, eu tiraria uma dúvida: é que foi dito, acho que por **Lúcia**, não sei bem por quem, ou se foi **Erik**, de que a reunião do CONSU-Nilo Coelho seria no dia 20 (vinte) – acho que de agosto, e que iria ser informado aos membros do CRH – para que quem quisesse acompanhar e assistir, pudesse fazê-lo. Aí eu queria saber se houve essa reunião, porque acho que não houve a comunicação aos membros do CRH, e eu teria a curiosidade pela complexidade da questão lá do CONSU-Nilo Coelho, até de acompanhar." **Lúcia Helena (Gaob-Apac)**: "Houve sim, a reunião professor! Houve a reunião do COBH-Nilo Coelho sobre a alocação – a Seinfra explicou a situação da manutenção da barragem – que vai ser feita a reforma por lá, e também fez uma alocação de água e acho



359 que **Erik** pode falar mais sobre a alocação. Então, a gente pede desculpas se não houve, realmente, essa comunicação
360 para o CRH!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Essa questão da alocação ela remete a outros CONSUs – aquele dilema se o
361 CONSU está sendo deliberativo – que é a preocupação do professor **Waldir**, ou se ele está sendo apenas informado e
362 com uma participação, vamos dizer, indireta, na decisão – sem ter uma participação direta! Eu estava curioso para saber,
363 lá no CONSU-Nilo Coelho, como é que iria haver isso?" **Lúcia Helena (Gaob-Apac)**: "Amanhã, na sexta-feira, a gente
364 vai ter uma reunião do CONSU-Chapéu, exatamente, para deliberação da alocação da água do Chapéu. Então, eu vou
365 mandar para **Sandra** o link, que vai passar para vocês, para quem quiser participar. E o que a gente está mobilizando,
366 mesmo, o conselho é que tenha os agricultores e montante e jusante, porque essa alocação tem que ser uma
367 negociação do uso dessa água e tem que ter a presença dos dois." **Ricardo Braga (da ANE)**: "E lá tem represa, tem
368 comporta, não é?" **Lúcia Helena (Gaob-Apac)**: "Tem sim. Veja, amanhã tem a de Chapéu; a gente teve também, com a
369 ANA, a do CONSU-Entremontes, onde houve uma grande discussão porque teve conflito entre agricultores de montante
370 e jusante e que sábado passado foi fechada a comporta, a válvula. E a gente vai ter agora, em setembro próximo, o de
371 Bitury, com a participação da ANA, e o de Ingazeira – se eu não me engano! Então, eu passo essas informações para
372 **Sandra**, e ela passa para vocês o link de acesso à reunião, e quem quiser, poderá assistir." **Ricardo Braga (da ANE)**:
373 "Agora, Chapéu fica em que bacia, porque eu não estou visualizando?" **Lúcia Helena (Gaob-Apac)**: "Chapéu é no
374 município de Parnamirim." **Ricardo Braga (da ANE)**: "É lá para cima, é na bacia não sei de quê – é na casa de chapéu
375 mesmo. Obrigado!" **Simone Rosa**: "Ok, então esclarecido e registradas aqui as alterações solicitadas pelo professor
376 **Ricardo Braga** – vamos incluir na Ata a alteração da palavra "pavão"; a data que é 20 (vinte) de julho; e dadas as
377 devidas explicações aí; pedimos também, a Secretaria Executiva do CRH, as nossas desculpas por não termos enviado
378 a Convocação, o link para participar da reunião do CONSU-Nilo Coelho – essa é a nossa nova realidade, porque não
379 tínhamos esse hábito de enviar para os conselheiros as informações sobre as reuniões dos Conselhos de Usuários
380 (CONSUs), porque realmente, como elas eram presenciais e os conselheiros não participavam, evidentemente porque
381 elas eram em cidades do Interior, distantes, estamos ainda nos adaptando a essa nova realidade, pois com as reuniões
382 remotas existem essas possibilidades de participar. Então, podemos, em comum acordo com a Apac, se assim a Apac
383 entender, podemos enviar os links das reuniões dos CONSUs – podemos inclusive, a gente tem um calendário prévio
384 das reuniões dos CONSUs no planejamento desse ano, dos próximos meses, então nós poderemos enviar, via e-mail,
385 para os conselheiros o Calendário das Reuniões dos CONSUs – vou só pedir para que **Suzana** se manifeste aí, dê a sua
386 anuência, não é? A gente pode enviar porque os conselheiros já têm o conhecimento de qual CONSU, e em que data,
387 vai fazer as suas reuniões, e no dia anterior, a gente encaminha o link, tá? Mas, realmente, foi uma falha da equipe,
388 devido a essa adequação à nova realidade. E **Suzana**, se quiser se manifestar, por favor." **Suzana Montenegro**
389 **(Presidente da Apac)**: "Claro, eu não vejo nenhum problema nisso e eu acho que é muito interessante a gente
390 aumentar a participação, pois acho que tudo, efetivamente, faz parte da gestão de recursos hídricos no Estado, e acho
391 que os conselheiros que tiverem condições, são muito bem-vindos nas reuniões de alocação de água. Eu acho que até
392 pode estimular mais a participação nesse nosso novo normal! Porque, de fato, a participação, às vezes, é muito baixa
393 desses representantes dos usuários de recursos hídricos. Então, a gente repassa sim, todo o Calendário de Reuniões
394 dos CONSUs, através da Gaob-Apac, de **Lúcia**, que estava falando agora há pouco." **Simone Rosa**: "Ok, obrigada
395 **Suzana**! Eu queria reforçar que a participação remota dos conselheiros é sempre muito bem-vinda! Que realmente foi
396 uma falha a gente não ter enviado essa informação da alocação de Nilo Coelho, mas que é muito bem-vinda, inclusive,
397 temos vários conselheiros da Academia – que desenvolve suas pesquisas em bacias do semiárido e outras, que podem
398 ter uma contribuição efetiva e eu acho que isso é um ganho para o Sistema de Gerenciamento, pode também vir a se um
399 ganho para a Academia, porque a gente pode aliar a questão da pesquisa porque destaca o que acontece na realidade,
400 e aí eu faço um parêntese, porque como acadêmica e agora no Poder Executivo, como também **Suzana** e a nossa
401 Secretária **Fernandha**. Eu acho que isso é uma vontade de todos aqui que estão conduzindo todo o sistema, e eu acho
402 que a gente só tem "ganhos" para todos, porque a gente consegue, de fato, fazer com que a Academia consiga dar a sua
403 contribuição prática, participando e tendo uma leitura diferente só do executivo, pois eu acho que nós temos os dois – só
404 para reforçar isso! Bem, não temos mais nenhum inscrito aqui no Chat, para fazer nenhuma alteração e nem
405 complementação na Ata da XX Reunião Extraordinária do CRH! Então, já posso colocar em votação e eu vou usar o
406 mesmo procedimento: eu peço que se alguém tiver algum ponto contrário a aprovação se manifeste aqui pelo Chat,
407 registre aqui no Chat, quem é contrário a aprovação – quem não estiver de acordo. E quem não tem nada em contrário,
408 então permaneça sem se manifestar! Como não temos nenhuma manifestação, pelo Chat, contrária a aprovação,
409 consideramos aprovada pelos conselheiros, a Ata da XX Reunião Extraordinária do CRH, do dia 14 (quatorze) de
410 julho de 2020! Com isso, passamos para o nosso próximo ponto de pauta, que é a discussão e deliberação da minuta

Ad

411 de Resolução CRH nº 04/2020, sobre a **Prorrogação dos Mandatos dos COBHs e CONSUs**. Lembrando só que essa
412 solicitação já tinha sido colocada, não vou dizer em discussão, mas ela surgiu alguns dias antes da nossa última reunião,
413 que foi a reunião extraordinária e eu cheguei a comentar isso na Plenária, mas a gente não pôde colocar em deliberação
414 porque, de fato, não foi colocado na pauta, pois numa reunião extraordinária a gente não poderia deliberar assunto que
415 não constava na pauta – isso fere o Regimento Interno do CRH. Então colocamos agora na pauta. Todos vocês
416 conselheiros, receberam por e-mail, essa minuta da Resolução CRH nº 04/2020 e ela objetiva, justamente, que a gente
417 faça uma prorrogação dos mandatos vencidos dos COBHs e dos CONSUs. A gente pode projetar aqui a Resolução, mas
418 de toda forma todos receberam este documento previamente, e aí eu abro aqui a inscrição pelo Chat para manifestações
419 sobre a Resolução CRH nº 04/2020 – para alguma alteração ou alguma complementação! Ok, professor **Jaime!** O
420 senhor é o primeiro inscrito, até o momento e pode se manifestar.” **Jaime Cabral (da UPE-POLI)**: “Eu lembro, realmente,
421 que se falou nisso de prorrogar os mandatos e se faz todo o sentido, já que não é possível ter a reunião para eleger para
422 um novo mandato, então prorrogar o atual. Agora, depois eu fiquei pensando, **Simone**, que não há necessidade de
423 prorrogar, por exemplo, até novembro – alguns deles; até julho – alguns outros. A prorrogação é necessária, com
424 certeza! Mas por exemplo, pode ser que em janeiro já esteja tudo normalizado – então não há necessidade que seja o
425 ano completo de vários comitês desses. Então, a minha sugestão é que faça a prorrogação de todos eles até
426 janeiro/2021, porque se em janeiro estiver tudo normalizado, aí já se faz a escolha do novo conselho, do novo comitê.
427 Então, repetindo, não há necessidade de esperar um ano para todo mundo – a gente vai esperar até que esteja uma
428 normalidade, então a sugestão é que sejam prorrogados, todos eles, até janeiro/2021.” **Simone Rosa**: “Entendido,
429 conselheiro **Jaime!** Nós temos mais uma manifestação aqui, na verdade, nós temos vários inscritos no Chat – eu vou
430 passando a palavra para todos os inscritos; a gente faz um apanhado geral e eu vou pedir para a Gaob-Apac fazer a sua
431 manifestação – após todos os inscritos, porque tem algumas considerações que tem que ser levadas em conta, como a
432 questão do prazo prévio de antecedência, porque tem que se instalar uma Comissão Eleitoral – tudo isso demora, de se
433 fazer uma eleição, então não é automático assim – se precisa de um prazo para se organizar e fazer a eleição, mas aí
434 **Lúcia Helena (da Gaob-Apac)** poderá dar alguns esclarecimentos, mas já vou pedir para que o próximo inscrito, o
435 professor **Ricardo Braga**, depois temos outra inscrição do COBH-Goiana, e aí **Lúcia** poderá fazer, ou **Suzana** – se
436 preferir, a Apac poderá fazer seus comentários gerais sobre todas as manifestações. Professor **Ricardo**, por favor.”
437 **Ricardo Braga (da ANE)**: “Na reunião passada houve algumas possibilidades levantadas, uma foi essa, de se ter em
438 janeiro, o limite para a eleição de todos – e aí vem a dúvida: será que em janeiro já é possível reunião presencial, ou não
439 é? Depois surgiu a possibilidade de um prazo definido, a partir do vencimento do mandato, e alguém sugeriu 06 (seis)
440 meses; posteriormente, outra pessoa sugeriu um ano! Na discussão que houve na CTALI, com a Assessoria da Apac,
441 particularmente com a **Lúcia Helena**, é de que existem outras dificuldades, que não só são essas de relação ao fim da
442 Pandemia, mas é também o processo laborativo para a execução do pleito, porque tem que seguir todas aquelas etapas
443 de anúncio, depois, de mobilização das comunidades e das instituições formais de empresas, de governos e de tudo o
444 mais; em seguida abrir a inscrição de chapa; o questionamento da inscrição; depois marcar a data do pleito e aí fazer a
445 eleição. Então, isso é feito pela Apac, através do setor específico que acompanha os colegiados gestores – imagine
446 fazer isso em todos os COBHs e CONSUs de uma vez só! Seria muito difícil e, evidentemente, que a eficácia desse
447 processo democrático seria comprometida. Então, nós achamos que seria razoável, a gente estipular um prazo de um
448 ano – não existem grandes conflitos de reivindicação para assumir uma Presidência e assim por diante. Geralmente é
449 uma negociação para quem “topa”, para quem se dispõe a ser o Presidente. E aí então, teríamos isso de uma maneira
450 mais compassada, ao longo do tempo de um ano – que já é a partir de agora! Por exemplo, no dia 25 (vinte e cinco) de
451 abril venceu o Açude Chapéu, então até o dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2021, ele teria que fazer a eleição, mas temos
452 também, o dia 25(vinte e cinco) de abril, 26 (vinte e seis) de abril, 24 (vinte e quatro) de maio, 30 (trinta) de maio – tudo
453 isso para ser vencido também! E depois viria junho, julho e novembro. Então, o que a gente entendeu é que seria mais
454 razoável um processo gradativo, que permitisse ao setor de acompanhamento e mobilização para o Processo Eleitoral,
455 se dar ao longo de um ano – essa é a justificativa, viu **Jaime** – eu não sei se os membros do CRH entendem assim,
456 dessa forma também! Eu queria lembrar que dentro da Resolução CRH nº 04/2020 vem um Anexo Único, e se os
457 senhores observarem, nós temos já aqui na tabela desse anexo, as datas de vencimento em 2020 e os mandatos
458 prorrogados! Então, o último mandato prorrogado seria 30 (trinta) de novembro de 2021 – porque vence em novembro de
459 2020!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada **Ricardo Braga**, pelas considerações! O próximo inscrito é o representante do
460 COBH-Goiana, que justamente provocou, pois foi um ofício do COBH-Goiana que provocou essa Resolução. Então, eu
461 peço para o conselheiro **Wellington** se manifestar.” **Wellington Eliazar (do COBH-Goiana)**: “Bom dia a todos!
462 Infelizmente eu não sou mais conselheiro, mas agradeço a oportunidade de estar participando dessa reunião. Eu queria



463 endossar as palavras do professor **Ricardo**, que já participou disso. O processo de mobilização de um comitê, de uma
464 maneira geral, demora de 04 (quatro) a 05 (cinco) meses. Um comitê como o do Rio Goiana, que temos 26 (vinte e seis)
465 municípios – se você visitar um ou dois municípios – só aí teríamos quase, praticamente, 30 (trinta) dias ou mais. Então,
466 como eu participo do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) – representando Pernambuco, e foi
467 uma Resolução do CNRH, motivada por vários COBHs Federais e Estaduais, eu resolvi, através do COBH-Goiana,
468 provocar essa prorrogação de mandatos porque esse ano, para a gente, está praticamente morto! Se nós formos
469 considerar a partir janeiro ou fevereiro – como foi proposto por um dos conselheiros – nós teríamos isso no meio do ano!
470 Existem Decretos Estaduais proibindo viagens; a Apac está com uma estrutura muito pequena ainda, de pessoas que
471 posam fazer essa mobilização. Então, por isso essa provocação do COBH-Goiana, e eu pediria aos conselheiros que se
472 sensibilizassem com o contexto do nosso pedido, para que os mandatos fossem adiados por um ano – já que,
473 nacionalmente, os comitês estão fazendo isso. Eu queria agradecer à **Ricardo**, por suas palavras de explicar isso, e ele
474 como eu, sabe que mobilizar para a participação de COBHs não é uma tarefa fácil – como parece para alguns! Eu
475 também queria agradecer a oportunidade, bom dia a todos!" **Simone Rosa**: "Ok, registradas as informações aqui, e
476 corrigindo o equívoco, realmente, Wellington que já foi conselheiro e não é mais – e eu já tinha registrado aqui a
477 presença do conselheiro **Herbert Tejo**. Então, foram esclarecimentos importantes, e eu vou passar a palavra para o
478 próximo inscrito, que é o representante da Fazenda Fieza – para fazer as suas considerações, mas depois ainda temos o
479 conselheiro **Edson Piaba**, e aí teremos então os pareceres pela Apac. Conselheiro **Jorge Fieza**, não estamos lhe
480 ouvindo!" **Jorge Fieza (da Assoc. Fazenda Fieza)**: "Com licença, quem se inscreveu foi meu pai, **Paulo André**!"
481 **Simone Rosa**: "Ah, desculpa! Ele já chegou sim, e registrou sua presença aqui no Chat: **Paulo André**. Agora há pouco
482 eu vi aqui o registro da presença dele. Então, o conselheiro **Paulo André**, por favor! Como ele não está conseguindo
483 ativar seu microfone, vamos adiantar a ordem! Então, o próximo inscrito é o conselheiro **Edson Piaba**, por favor! Você
484 nos ouve? Se tiver nos ouvindo, abra seu microfone, por favor, porque não estamos lhe ouvindo! Seu microfone ainda
485 está fechado, não está conseguindo abrir? Abriu agora!" **Edson Piaba (do COBH-Ipojuca)**: "Insisti tanto, apertando o
486 microfone, que terminou abrindo! Eu acho que já fui contemplado com as palavras aí, tanto de **Wellington** como de
487 **Ricardo**, porque realmente existe essa dificuldade, mas se a gente for esperar pelo tempo da Pandemia acabar – isso
488 pode acabar como estão falando, em dezembro, mas pode passar aqui 10 (dez) anos daqui para frente, não é? Não
489 existe um limite para isso aí! Então eu acho que a gente não tem que ficar "bitolado" em seis meses ou um ano – eu não
490 sei se poderia haver uma flexibilização para que se tivesse acabado a Pandemia, a partir de uns seis meses, pudesse
491 fazer a eleição! Porque o que a gente vê de CONSU por aí "cambaleando", colocando "a pulso" o pessoal para ser
492 membro – porque não quer ficar mais no CONSU! E fica difícil você assumir mais um ano – como nos COBHs também –
493 tem as suas dificuldades, tem o Processo de Eleição, que realmente é difícil, mas que precisa ser feito porque a situação
494 não é boa. Então, eu não sei se pode fazer isso: que a partir de seis meses fazer, se necessário esse a Pandemia, Deus
495 queira, que passe! E ninguém sabe se isso vai passar ou em quanto tempo! Mas eu estou contemplado com a palavra do
496 pessoal." **Simone Rosa**: "Ok, registrados aqui os comentários de Edson." **Ricardo Braga (da ANE)**: "**Simone**, me
497 permite fazer uma observação, em cima do que **Edson** falou? É o seguinte, se for considerado seis meses o CONSU-
498 Chapéu teria que fazer a eleição em dezembro desse ano – o que é inviável! Pelo menos até dezembro, nós sabemos
499 que terá a Pandemia ainda. E se a gente está fazendo uma regra que é geral, a gente não tem que se preocupar com as
500 especificidades, porque senão fica difícil! A não ser que a gente fizesse uma resolução para cada conjunto de
501 colegiados, por exemplo, os colegiados que venceram em abril, maio e junho, teria uma resolução; e os que vencerem
502 em julho e novembro teria outra – acho que complica um pouco! Se quisermos fazer uma única resolução de seis meses
503 vai dificultar para Chapéu, para Ingazeira, para Barra do Juá e para o Capibaribe, porque todos teriam que fazer eleições
504 em dezembro; e logo em seguida, Serrinha, e Metropolitano Norte teria que fazer em janeiro." **Simone Rosa**: "Obrigada
505 **Ricardo**! Extremamente conveniente e oportuna a sua colocação. Eu pergunto se o conselheiro **Paulo André (da**
506 **Fazenda Fieza)** já está conseguindo abrir seu microfone, porque ele se inscreveu para falar e eu inverti a ordem aqui –
507 conselheiro **Paulo André**! Senão a gente usa a mesma metodologia, pois temos mais dois inscritos – pela ordem, nós
508 temos **Lúcia (da Gaob-Apac)** e **Herbert (do COBH-Metropolitano Norte)**. Se **Lúcia** não se opuser, eu ia propor de que
509 o conselheiro **Herbert** se manifeste, porque depois a Apac daria um fechamento, e já se colocaria sobre todos esses
510 comentários. Então, Ok! Por favor, conselheiro **Herbert** pode se manifestar a respeito dessa proposta de resolução."
511 **Herbert Tejo (do COBH-Metropolitano Norte)**: "Ok, bom dia! Eu estou preocupado porque eu estou com problema de
512 estabilidade no sinal da internet – que está caindo e eu estou voltando, enfim. Mas de qualquer forma, acredito que
513 vocês estão me escutando! Enquanto Presidente do Comitê, eu corroboro com o que o **Ricardo Braga** falou e também
514 com as considerações que **Wellington** fez! Eu acho que este é um ano muito difícil, pois a gente vai "correr atrás" para

515 ver se consegui cumprir as metas que foram estabelecidas para este ano – o que já é um desafio gigantesco! E colocar
516 neste ano o Processo Eletivo, tornaria praticamente impossível! Então, eu acho que um ano é um prazo razoável porque
517 contempla praticamente o ano todo – nós somos de maio, mais um ano, vai para maio/2021. Se a gente antecipa isso
518 para janeiro, fica praticamente a mesma coisa e muito difícil, pois a gente não fez nem a primeira reunião ainda – que
519 será virtual e está programada para acontecer agora, em setembro! Então, eu reforço que um ano é um prazo razoável!
520 Caso eu minha conexão de internet caia, eu queria antecipar uma questão, aí eu peço que fique registrado em Ata, com
521 relação ao encaminhamento do Projeto de Lei da Cobrança, porque eu não sei se foi tratado nesse intervalo que eu
522 fiquei fora da conexão, da conversa de hoje, mas isso ficou em aberto! Foi dada continuidade ao PISF, mas o Projeto de
523 Lei de Cobrança das Águas do Estado ficou para ser encaminhado em fevereiro/2020 – e me parece que não foi para a
524 Câmara! Então, eu gostaria que ficasse registrado este esclarecimento, muito obrigado!” **Sandra Ferraz (da SERH):**
525 “Com a palavra, **Lúcia Helena**, da Gaob.” **Lúcia Helena (Gaob-Apac):** “Bem, eu assim corroboro com as palavras de
526 **Ricardo, Wellington e Herbert**, então não vou repetir, mas quando a gente pensou esse plano foi por causa de todo o
527 processo de mobilização! A gente está em aberto nas eleições do Capibaribe e do Goiana desde antes da Pandemia, e
528 com a Pandemia a gente prorrogou! De inscrição, o que chegou não chega a dez – então vejam a dificuldade “on-line” de
529 você **Herbert** e do Goiana – são duas! Ficar fazendo mobilização, por telefone, não há tempo hábil para isso. Além do
530 mais, a gente tem essa tabela que está anexa, dos prazos desse ano. Só que quando a gente vai para o próximo ano, a
531 gente vai ter esses mandatos que foram prorrogados, e só dos comitês, no próximo ano a gente tem: Capibaribe – 27 de
532 abril; Metropolitano Norte – 30 de maio; Goiana – 30 de novembro; Una – 28 de junho; Metropolitano Sul – 12 de julho;
533 Ipojuca – 10 de agosto; e Sirinhaém – 22 de setembro – então, a gente vai ter eleições, só de comitês, o ano todo! E isso
534 significa muita mobilização – se eu não me engano, só no Capibaribe, são 45 (quarenta e cinco) municípios! Então, há
535 muito trabalho para mobilizar e tem que ser uma regra geral, que vai ser um desafio enorme fazer todas essas eleições –
536 só dos 08 (oito) comitês já é um desafio enorme, fora os conselhos! Por isso que a gente acha que um ano é um prazo
537 bom – assim, dentro dos limites!” **Simone Rosa:** “Obrigada, **Lúcia**, pelos seus esclarecimentos! Então, eu passo a
538 palavra para o conselheiro **Paulo André (da Fazenda Fieza)**, que está inscrito.” **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza):**
539 “Agora, com voz! Primeiro, peço desculpas por ter chegado atrasado, mas eu estava falando sobre o reaproveitamento
540 de água, lá no Moda Center, na cidade de Santa Cruz, então me atrasei um pouquinho para esta reunião, e por isto peço
541 desculpas! Sobre a questão do prolongamento das datas, não sei se foi falado, mas este ano é um ano de Eleição
542 Municipal, quer dizer que se a gente deixar para janeiro, muitas Prefeituras não vão ter condições de participar porque
543 ainda não terão definido a equipe do seu município – eu acho que até para janeiro inviabilizaria isto! Então, eu acho que
544 um ano, como foi proposto na reunião anterior, será bem razoável para que as Prefeituras possam se organizar também.
545 E a questão que **Lúcia** falou de ter muita mobilização, talvez se fizer uma agenda – esquecer as datas pré-fixadas e
546 fazer uma agenda todo o mês, uma eleição de um comitê ou dois, durante o ano todinho, inclusive, agora precisamos
547 fazer isso de maneira organizada e não, atribulada – uma por cima da outra. A própria Apac faria uma agenda do
548 próximo ano – de mobilização e de eleição, com a ajuda dos Presidentes, dos conselheiros, dos participantes – eu acho
549 que é por aí! Obrigado pela participação! **Eliazar** prazer de sua volta – muito bem **Eliazar**! Esse é que é um “cabra” bom
550 – vote no Goiana!” **Simone Rosa:** “Obrigada **Paulo André**! Eu passo a palavra agora, para **Suzana Montenegro** (da
551 Apac), para ela fazer os esclarecimentos finais, e fechar a questão dessa resolução.” **Suzana Montenegro (Presidente**
552 **da Apac):** “São só considerações finais mesmo, porque todas as colocações já apontam para a direção que se deve
553 tomar, porque o processo “bom mesmo” não vai ficar em nenhuma situação, porque o que a gente está tentando é se
554 adaptar a uma situação – que já é difícil, toda essa parte de mobilização, de convocação. Não adianta pensar em nada,
555 nos meses de dezembro ou janeiro – com ou sem Pandemia, porque isso não acontece! Eu acho que tudo já foi dito aí, e
556 no sentido da prorrogação, eu gostaria só de lembrar, porque foi um comentado, inclusive, na reunião passada, de
557 alguma maneira, que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) prorrogou por um ano os mandatos
558 – eu faço parte, eu sou membro titular do CBHSF. Então, eu acho que essa tem sido uma tendência de ordem prática,
559 porque não há muito que se fazer – é uma adaptação! E se isso penaliza – como **Piaba** disse: “que quem estar aí e
560 tentar sair antes de um ano?” Enfim, todo o processo já está um pouco penalizado, então é minimizar todos os possíveis
561 prejuízos para o Processo de Gestão Participativa, eu acho que é isso! E se for oportuno, eu já faço uma observação
562 aqui sobre o questionamento de **Herbert**, sobre a questão da Cobrança, ou **Simone** quer fechar o assunto e depois a
563 gente volta a esse esclarecimento?” **Simone Rosa:** “Eu acho que a gente pode colocar, mas eu preciso colocar a
564 resolução em deliberação, não é? Porque houve várias considerações. Então, eu acho que a gente pode colocar em
565 deliberação a Resolução CRH nº 04/2020 e nós estamos projetando aí na tela a Planilha de Votações: item 1 –
566 Resolução CRH nº 04 e estamos marcando o “Sim” – se o conselheiro concorda e considerar aprovado; “Não” – se o

567 conselheiro considera que não aprova; e também tem uma coluna aqui para “Abstenção” – se o conselheiro entender
568 que deve se abster dessa votação! Agora, nós vamos fazer a chamada, como fizemos na presença, e cada conselheiro
569 só abre seu microfone e diz: sim, não, se abstém – para a gente tentar ser ágil nessa votação!” **Ricardo Braga (da**
570 **ANE): “Simone**, por uma questão de ordem, por favor. Não seria razoável que nós façamos igual como na Ata – que
571 também é uma deliberação, a Ata é uma deliberação, também – nós aprovamos? Pergunta primeiro, se tem alguém
572 contrário e aí registra; depois, se tem abstenção, registra; e evidentemente que o restante será aprovando!” **Simone**
573 **Rosa: “Ok**, perfeito conselheiro **Ricardo!** Perfeito, inclusive, muito mais ágil! Então, vamos acatar a sugestão do
574 conselheiro **Ricardo Braga**, e vamos fazer o seguinte: quem considera que não está aprovada esta resolução, se
575 manifeste pelo Chat e coloque “não aprovo” no Chat; quem considera que aprova a minuta da resolução, da forma como
576 está lá, com o prazo que está lá – que foi muito debatida a questão de um ano ou de seis meses, não se manifeste; e
577 para deixar bem claro: quem não se manifestar, estamos entendendo que considerou “aprovada” a minuta de resolução
578 da forma como está; quem “não concorda em aprovar” a minuta de resolução da forma como está – como ela foi enviada
579 para vocês e projetada aqui, então registre no Chat! Agora a gente vai esperar aqui, uns 30 (trinta) segundos, um minuto,
580 vamos ver se já tem alguma manifestação aqui. Então, os conselheiros votantes que forem contrários, registrem no Chat
581 – se for o caso! Quem não registrar no Chat, estamos entendendo que os conselheiros consideram aprovada a minuta
582 de resolução, e até o momento temos uma manifestação do professor Jaime Cabral e temos também uma abstenção!
583 Então temos: um voto contrário do professor **Jaime Cabral (da UPE-POLI)** e temos uma abstenção de **Itamar Soares**
584 **(da Secretaria Estadual de Saúde-SES)**. Por enquanto, nós temos os registros de um contrário e de uma abstenção,
585 então estamos entendendo que todos os demais conselheiros aprovam a resolução – como já demos aqui alguns
586 instantes, acredito que podemos considerar a deliberação encerrada! Então, fica aprovada a Resolução CRH nº
587 04/2020, sobre a Prorrogação dos Mandatos dos COBHs e CONSUs, com um voto contrário e uma abstenção!
588 Temos uma inscrição aqui no Chat do representante do COBH-Goiana – pode se manifestar, por favor.” **Wellington**
589 **Eliazar (do COBH-Goiana): “Eu** queria agradecer a todos e não poderia deixar de me furtrar ao excelente trabalho que
590 **Sandra Ferraz** fez apoiando essa iniciativa. Eu queria louvar a Secretária pelo trabalho que **Sandra Ferraz** fez – nós
591 conversamos, discutimos, eu queria elogiar de público, o trabalho que **Sandra** fez – Sandra, um grande abraço!
592 Parabenizo o teu trabalho – principalmente por ter ouvido os comitês, e o COBH-Goiana agradece pessoalmente,
593 através dos seus membros, a você – um grande abraço! Obrigado, **Simone!**” **Sandra Ferraz (da SERH): “Obrigada!**
594 Continue contando com a gente, com toda a equipe! **Simone Rosa: “Ok**, obrigada! Então, vamos passar para o nosso
595 próximo ponto e pauta que se refere ao Procomitês, que é a homologação do Parecer Técnico da CTALI, sobre a
596 Certificação de Metas do Procomitês, e eu pergunto ao próprio **Ricardo Braga**, que é o Coordenador da CTALI, se ele
597 gostaria de fazer, não uma apresentação, mas introduzir aqui o assunto, já que esse tema foi discutido no âmbito da
598 câmara que ele coordena, que é a CTALI?” **Ricardo Braga (da ANE): “Pois não!** Cada tema que vem para câmara
599 técnica, se elege um Relator e nós elegemos o **José Carlos** e eu queria saber se ele está presente? Porque eu pedi,
600 inclusive, que ele estivesse presente para ser o Relator. **José Carlos**, por favor, você pode relatar esse Parecer Técnico
601 sobre a Certificação do Procomitês?” **José Carlos Oliveira (da CTALI-CREA/PE): “Sem dúvida!** Inicialmente, eu queria
602 cumprimentar a todos os conselheiros do CRH, dando meu bom dia a todos e a todas! Antes de falar sobre o Parecer
603 Técnico, eu gostaria de me apresentar: meu nome é **José Carlos da Silva Oliveira**, sou vinculado à Universidade
604 Federal de Pernambuco (UFPE), ao Departamento de Engenharia de Minas, sou Diretor Financeiro do CREA/PE, e na
605 CTALI eu estou representando o CREA/PE. Eu também queria agradecer ao convite para participar dessa reunião e
606 dizer o seguinte: que nesse relatório está toda a Certificação do Procomitês, ano base 2019. Para fazer esse relatório, a
607 gente utilizou as seguintes referências: o Relatório Anual de Certificação, constando de quadros de sínteses do
608 cumprimento das metas; Planilha de Relatório Anual de Atividades do Estado – assinada pela Sra. Diretora-Presidente
609 da Apac, professora **Suzana** e o Extrato de Contas do Procomitês. Além disso, foram consideradas as informações que
610 nos foram transmitidas pela Sra. **Lúcia Helena** e o Sr. **Gustavo Pestana** – ambos da Gerência de Apoio aos
611 Organismos de Bacias (Gaob-Apac) na Reunião Ordinária da CTALI, que foi realizada no dia 28 (vinte e oito) de julho de
612 2020. Como o Parecer foi distribuído para todos os conselheiros, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: que o
613 percentual de execução das atividades previstas nas metas, foi superior a 90% (noventa por cento) em todos os comitês
614 de bacias de Pernambuco, com variação compreendida entre 92,5% e 97,5%, implicando em um atingimento máximo
615 concebido pelo programa, que é 100% (cem por cento). Neste sentido, o Estado se habilita a receber um repasse anual
616 completo, que é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 2020. Então, o parecer da CTALI foi pela
617 aprovação do Relatório Anual de Certificação do Procomitês – ano base 2019, mas acrescentou a essa aprovação 02
618 (duas) Recomendações para Apac: a primeira é de que sejam explicitadas as fontes de recursos financeiros em planilha

619 especial, anexa à Planilha do Relatório Anual de Atividades do Estado – o que eu quero dizer com isso é que essa
620 planilha tem um título, numa coluna da planilha, chamado de “Outras Fontes” e a gente observou que a gente não sabe
621 de onde são essas “Outras Fontes” e o que a gente recomendaria é que se fizesse uma planilha à parte, para não
622 modificar a questão de forma do CRH, para que a gente pudesse identificar de onde são esses recursos. A gente
623 observa, ainda dentro dessa primeira recomendação, que os relatórios trazem as planilhas, mas não têm os devidos
624 comentários, as devidas discussões, para que a gente pudesse interpretar melhor os números da planilha – a planilha é
625 “jogada”, mas não tem a devida discussão em relação a esse assunto. Bem, antes de dar continuidade eu gostaria
626 também de dizer que eu estou com um problema aqui na minha câmera, por diversas vezes a minha conexão caiu, de
627 modo que eu não tenho como ligar a câmera neste momento – o que ficaria para outra oportunidade! Bem, a segunda
628 recomendação é que seria necessário um relatório qualitativo das atividades no ano, subsidiando as Planilhas dos
629 Relatórios Oficiais – esse foi o parecer que a gente apresentou e que foi aprovado pela CTALI. Eu volto a palavra para o
630 nosso Coordenador, professor **Ricardo Braga**, para as considerações que ele achar pertinentes e agradeço, mais uma
631 vez, pela participação, ficando ainda aqui à disposição, obrigado!” **Ricardo Braga (da ANE)**: “Eu acho que, em relação à
632 CTALI, o **José Carlos** já disse tudo! Acho que se houver dúvida, podem fazer a pergunta e a gente responde. Obrigado
633 **José Carlos!**” **Simone Rosa**: “Obrigada **José Carlos!** Obrigada conselheiro **Ricardo!** Então, podemos colocar em
634 deliberação a aprovação do Parecer Técnico-CTALI. Como todos já receberam previamente, vamos prosseguir da
635 mesma forma como fizemos as demais votações, para dar uma maior agilidade, e aí eu peço que quem for contrário à
636 aprovação, se manifeste pelo Chat – quem for contrário à aprovação do Parecer da CTALI! Quem considerar o parecer
637 aprovado não precisa se manifestar. Então, aguardaremos aqui, alguns segundos, para ver se temos manifestações
638 contrárias à aprovação do parecer! Enquanto isso, eu já vou colocar aqui no Chat, para vocês, a informação que foi
639 solicitada sobre a Reunião do CONSU-Chapéu, inclusive o link para o acesso – já está aqui no Chat, acabei de colocar,
640 sobre a primeira Reunião Ordinária do CNSU-Chapéu – tem a pauta e no final tem a data, que é amanhã, no horário das
641 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) e já tem o link! Então, para evitar qualquer esquecimento e qualquer mal-
642 entendido, já fica disponível aqui no Chat para os conselheiros que estão participando da reunião, e depois enviaremos
643 por e-mail, pros conselheiros que não estão aqui. Como até agora não tivemos nenhuma manifestação contrária à
644 aprovação, então consideramos homologado o Parecer Técnico da CTALI, sobre a Certificação das Metas do
645 Procomitês-2019/2020, com a aprovação do Quadro de Indicadores e Metas – vamos registrar no Chat! Nós
646 estamos com o nosso próximo ponto de pauta que é a Discussão e deliberação da **minuta de Resolução CRH nº**
647 **05/2020, sobre a Certificação das Metas - PROCOMITÊS-2019/2020**, e que também foi analisada pela CTALI, então
648 passo novamente a palavra para o Coordenador da CTALI, que é o conselheiro professor **Ricardo Braga.**” **Ricardo**
649 **Braga (da ANE)**: “Essa resolução é decorrente da aprovação do próprio Relatório da Certificação. Então, está posto aí,
650 são as considerações, que foram escritas dessa forma porque, inclusive, existe uma exigência do Convênio, ou Contato
651 entre a Apac e a ANA, no sentido dos dizeres, por exemplo, é preciso colocar que “a Câmara Técnica de Assuntos
652 Legais e Institucionais (CTALI) foi favorável ao Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do Procomitês” –
653 então foi colocado isso aí! Também foi colocado que “o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de
654 Pernambuco (CRH) aprova”. Isso precisa constar nessa resolução! Então, na realidade, a resolução é bem pequena –
655 ela tem apenas 02 (dois) artigos, porque o restante são “considerandos”. O primeiro Artigo é: “Resolve: aprovar o
656 Relatório Anual de Alcance das Metas do Procomitês, elaborado pela APAC em conjunto com os COBHs, como requisito
657 para a certificação do período de 2019; e o segundo Artigo é: “Esta Resolução entra em vigor na data de sua
658 publicação.” Então, quanto a essa questão, inclusive, de publicar a resolução inteira, a cada vez que se aprova aqui, a
659 gente já está trabalhando lá na CTALI, em relação a colocar no Regimento Interno do CRH, a possibilidade de se
660 aprovar o extrato das resoluções em Diário Oficial, para reduzir os custos das publicações em Diário Oficial, mas nesse
661 caso não – tem que publicar tudo porque ainda não houve essa resolução pelo CRH, e eu espero que possa acontecer
662 na próxima Reunião Ordinária do CRH. Em suma, o que está dentro da resolução – que os senhores têm nas mãos, a
663 Resolução CRH nº 05/2020 é de que aprova o Relatório – pura e simplesmente!” **Simone Rosa**: “Ok, obrigada professor
664 **Ricardo**, pela sua exposição sobre o assunto! Não temos mais nenhum inscrito aqui no Chat para tratar desse assunto –
665 não tem nenhuma consideração! Então, sendo dessa forma, eu coloco em deliberação a aprovação da Resolução CRH
666 nº 05/2020 – já que todos os conselheiros previamente receberam, leram e houve toda essa exposição aqui por parte do
667 conselheiro **Ricardo**. Então, vamos proceder da mesma forma: Quem tiver alguma manifestação contrária, um voto
668 contrário à aprovação da Resolução CRH nº 05/2020, eu peço que registre aqui no Chat e se manifeste contrário; Quem
669 estiver de acordo eu peço que não se manifeste, pois entendemos que todos os conselheiros que não se manifestarem,
670 estão de acordo com a aprovação da Resolução CRH nº 05/2020 – da forma como foi enviada e apresentada aqui! Não

671 temos nenhuma manifestação até o momento – então entendo que não há manifestações contrárias! Então **fica**
672 **aprovada, por unanimidade, a Resolução CRH nº 05/2020, sobre a Certificação das Metas do Procomitês-**
673 **2019/2020** – já que não houve nenhuma manifestação contrária, ela foi aprovada por unanimidade! Vamos passar,
674 então, para o nosso próximo ponto de pauta, que são sobre os Estudos Hidrogeológicos – então são bacias distintas.
675 Essas apresentações serão feitas pela Apac, por um representante da Apac – acho que a Presidente **Suzana**
676 **Montenegro** vai fazer essa apresentação, ou alguém da equipe da Apac, e houve uma solicitação da Apac para que
677 houvesse uma análise pelo CRH – entendemos que essa análise tem que ser feita pela CTAS e para isso vamos dar
678 aqui um entendimento, a Apac vai fazer aqui uma apresentação para o CRH, e aí a nossa resolução seria no sentido de
679 encaminhamento, porque evidentemente, eu acho que a Plenária não pode se debruçar sobre isso, tem que ser um
680 assunto tratado por uma câmara específica – no caso, a CTAS! Por favor, **Suzana**, faça a apresentação aqui, e a gente
681 já pode fazer de um item, e logo depois o seguinte, que é o das Bacias do Cedro, Carnaubeira da Penha, Mirandiba e
682 Betânia, e na sequência, São José do Belmonte – porque são de áreas geográficas distintas!" **Suzana Montenegro**
683 **(Presidente da Apac):** "Ok, **Simone!** Antes de iniciar as duas apresentações queria só que a gente não se esquecesse
684 de colocar aí o registro para resposta de **Hebert**, do comentário que ele fez sobre a questão da Cobrança – talvez a
685 gente deixar para "Outros Assuntos", depois da discussão desses dois temas aqui. Antes de iniciar a apresentação, que
686 são dois Estudos Hidrogeológicos, eu queria fazer um comentário de ordem geral sobre a importância desses estudos no
687 processo de Gestão de Águas Subterrâneas – eu acho que a maioria aqui deve ter o conhecimento o quanto o Estado de
688 Pernambuco tem evoluído nessa questão do mapeamento, do zoneamento, baseado em estudos hidrogeológicos – com
689 o grau de profundidade razoável, com muitas pessoas acadêmicas – como colocou **Simone** aqui – tanto na parte dos
690 estudos, como também na parte das análises, e a CTAS tem tido, de fato, um papel de destaque. Então, o Estado de
691 Pernambuco é considerado um exemplo, em termos de outorga de águas subterrâneas, baseados em estudos
692 hidrogeológicos! Não é uma coisa muito comum no país – é claro que isso tem todo um custo, a gente coloca isso com
693 uma das prioridades aqui na Apac – sempre que tem a oportunidade de sugerir, no âmbito desses estudos financiados
694 por organismos internacionais, ou mesmo pelo Fehidro, e agora nós estamos antenados para tentar inserir, o que ainda
695 é necessário para o mapeamento das bacias sedimentares, no próprio Progestão, que é o Programa de Fortalecimento
696 da Gestão de Recursos Hídricos, capitaneado pela ANA e conveniado com os Estados, individualmente. Isso é só uma
697 observação de ordem geral, que eu acho que nos coloca, coloca o Estado numa posição muito boa, mas também, ao
698 mesmo tempo, de muita responsabilidade! E é por isso que a gente trás esse assunto para o CRH, para os devidos
699 encaminhamentos, e de fato, eu acho que a contribuição da CTALI, ara que isso retorne ao CRH – como uma proposta
700 de resolução, a gente possa, efetivamente, ter o uso desses estudos no Processo de Gerenciamento dos Recursos
701 Hídricos, mas especificamente, no que nós estamos tratando agora, na questão da outorga de águas subterrâneas. Bem,
702 esse primeiro estudo, os Estudos Hidrogeológicos das Bacias Sedimentares de Mirandiba, Betânia, Carnaubeira da
703 Penha, Cedro e São José do Belmonte, eles foi objeto de um contrato, financiado pelo PSH-Pernambuco/BIRD (o
704 Programa de Sustentabilidade Hídrica/Banco Mundial) e a contratada foi um consórcio formado pela COSTA
705 Consultorias e Serviços Técnicos e Ambientais e pela LNEC–Laboratório Nacional de Engenharia Civil (de Portugal) –
706 que eu acho que todos aqui sabem que é uma referência em várias áreas da engenharia civil, e em particular, em águas
707 subterrâneas – eles têm um Núcleo de Águas Subterrâneas, que tem atuação em pesquisas, em consultorias, para
708 empresas públicas e privadas de Portugal e de fora de Portugal! Então, eles têm uma grande tradição em águas
709 subterrâneas. E acho que foi muito bom ter esse consórcio para a realização desses estudos. O valor total pago foi de
710 R\$1.929.448,42 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois
711 centavos) - referentes à empresa COSTA e mais os € 85.421,05 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um euros, e
712 cinco centavos) - referentes à empresa LNEC; como eu já disse a fonte de recursos foi o PSH, através do Banco Mundial
713 e o objetivo principal foi conhecer o potencial de sistemas hidrogeológicos daqui do Estado, dos aquíferos Tacaratu-Inajá
714 (Bacias de Betânia, Mirandiba e Carnaubeira da Penha) e Mauriti (Bacia de Cedro) e apresentar planejamento adequado
715 para exploração e gestão dos mesmos aquíferos, através de mapas de zoneamento explorável, baseado principalmente
716 em modelos matemáticos. Então, foi um estudo muito detalhado. Quem pôde acompanhar, verificou que ao longo do
717 período da realização dos estudos foram feitas 08 (oito) apresentações públicas: 05 (cinco) oficinas e 03 (três)
718 apresentações – uma apresentação inicial do Plano de Trabalho e depois mais duas apresentações finais, inclusive, com
719 um treinamento para uso da ferramenta que foi utilizada para a geração dos cenários, que foi o modelo matemático –
720 que é extremamente complexo e com uma grande quantidade de informações, de dados, de parâmetros hidrogeológicos.
721 Então, eu acho que, de fato, é um grande insumo que nós podemos dispor para a gestão de recursos hídricos
722 subterrâneos no Estado de Pernambuco, nas manchas sedimentares, que todos nós sabemos que temos muita

723 concorrência de águas subterrâneas no Estado, então temos mais ainda, o dever de cuidar com muito rigor dessas
724 manchas sedimentares. E eu posso dizer que aqui na Apac, quando não temos esse direcionamento desses estudos,
725 através do uso efetivo e o direcionamento através de uma resolução, é muito sofrido a gente conceder as outorgas de
726 uso, sabendo que o recurso pode estar se esgotando – sem que a gente tenha um maior detalhamento de como
727 gerenciar essa extração, essa exploração. Então, o slide seguinte mostra o Mapa de Localização dessas manchas
728 sedimentares, das bacias sedimentares de Mirandiba, Betânia, Carnaubeira da Penha e Cedro – que são as 04 (quatro)
729 bacias sedimentares analisadas nesse estudo, e em seguida, esse é o resumo, o extrato simplório, do que foi todo esse
730 estudo. O estudo foi de extrema complexidade, eu acompanhei, mesmo sem estar na Apac – acompanhei como minha
731 missão acadêmica e assisti diversas apresentações, eu acho que as últimas, no ano passado, já quando o produto
732 estava sendo finalizado, eu estava aqui, já na Apac, e posso dizer que a gente tem uma ferramenta de uso muito efetivo
733 para a gestão de recursos hídricos dessas bacias sedimentares no Estado de Pernambuco. Aqui eu concluo a primeira
734 apresentação – não sei se Simone quer abrir para discussão, para depois passarmos para o segundo estudo? E quais os
735 encaminhamentos de enviar para a CTAS, para que eles tenham um pouco mais de trabalho, porque eu acho que já
736 acompanharam muito desse trabalho, mas enfim!” **Simone Rosa:** “Obrigada, **Suzana**, pela sua apresentação! Como nós
737 temos o mesmo tipo de análise e de encaminhamento, eu acho que seria interessante a gente já ter a outra
738 apresentação, se ninguém se opuser, do Estudo Hidrogeológico da Bacia Sedimentar de São José do Belmonte e depois
739 a gente daria o encaminhamento conjunto – se não houver nenhuma oposição, fazemos dessa forma porque vai ser o
740 mesmo tipo de encaminhamento. Alguém se opõe que seja dessa forma? A gente já faria a próxima apresentação,
741 faríamos a deliberação? Temos aqui inscrito no Chat, **Waldir Duarte**, então o conselheiro **Waldir** pode se manifestar, por
742 favor!” **Waldir Costa (da UNIECO):** “A respeito dessa apresentação que foi feita agora pela **Suzana**, desse trabalho, o
743 que eu estou supondo que seja pretensão da Secretaria e do CRH também, é que sejam feitas para essas bacias
744 estudadas, as resoluções que vão controlar, que primeiramente vão aprovar o relatório que – já foi aprovado, mas o CRH
745 iria aprovar os mapas que foram feitos sobre a vazão explorável, que são mapas que serão usados, exatamente para a
746 gestão das águas subterrâneas, como foram anteriormente feitas, aliás, as resoluções para a Região Metropolitana do
747 Recife (RMR) e para a Bacia do Jatobá – todo esse estudo, nós participamos, graças a Deus! E ficamos honrados que
748 fossem aprovados pela Secretaria e na reunião que fizemos na CTAS, no dia 20 (vinte) de fevereiro de 2020 – já no final
749 da reunião, nós colocamos o seguinte: “Por fim, o Coordenador **Waldir Costa** apresentou uma relação de novas
750 demandas para serem discutidas na CTAS até o final do corrente ano: a) revisão da Resolução CRH nº 01/2019; b)
751 revisão da Resolução CRH de testes de bombeamento; c) normatização de procedimentos na elaboração de relatórios
752 de construção de poços; d) elaboração de propostas de resolução de zoneamento explorável para as bacias
753 sedimentares de São José do Belmonte, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Betânia e Cedro, que já possuem mapa de
754 zoneamento explorável; e sugestões sobre novos estudos hidrogeológicos a realizar em Pernambuco – que já foi feito.
755 Então, essas são sugestões da nossa programação para o corrente ano a proposta de resolução, para ser enviada ao
756 CRH, do mesmo modo que fizemos com as Bacias do Jatobá e da RMR. Então, eu creio que seja este o aspecto que a
757 professora **Suzana** abordou, a respeito desse estudo hidrogeológico que já foram aprovados e resta apenas que tenha o
758 aspecto legal, através de uma resolução que venha contemplar os vários aspectos técnicos de exploração das águas
759 subterrâneas nessas bacias – era isso que eu queria dizer.” **Simone Rosa:** “Exato professor **Waldir**, o meu
760 entendimento também é esse. Se **Suzana** quiser se manifestar, temos mais um inscrito no Chat, mas se **Suzana** quiser
761 se manifestar logo, por favor.” **Suzana Montenegro (Presidente da Apac):** “É exatamente isso, eu acho que para que
762 esses estudos se tornem detentores de gestão nós precisamos da Resolução do CRH, que aprova então as condições
763 de exploração, através dos mapas de zoneamento – acho que é isso, em relação a essa primeira parte que apresentei e
764 também à segunda parte, cuja temática é muito semelhante – só que é um estudo um pouco mais antigo. Essa primeira
765 parte que eu apresentei foi finalizada em 2019 e a outra bacia, que é de São José do Belmonte, o estudo foi finalizado
766 em 2006! Mas é também no mesmo contexto professor **Waldir** – é exatamente isso que a Apac, como órgão gestor, o
767 órgão que implementa esses instrumentos da política, entende que esses estudos são necessários, mas nós precisamos
768 das questões legais, que são definidas por esse Conselho e pelos seus técnicos.” **Simone Rosa:** “Ok, nós temos
769 também o conselheiro **Ricardo** também inscrito no Chat, por favor, pode falar.” **Ricardo Braga (da ANE):** “Pois não! Eu
770 pediria que fosse colocado na tela, o slide do primeiro mapinha de Pernambuco – Localização Esquemática das 04
771 (quatro) Bacias Sedimentares Estudadas. É uma pergunta razoavelmente ignorante – eu sou apenas razoavelmente
772 ignorante, não sou totalmente! Em relação a esses números que estão aqui: 4 (quatro), 5 (cinco) e todos os outros, que
773 são exatamente as bacias sedimentares, e depois tem um destaque com o perímetro das bacias, de uma maneira mais
774 clara e uns pontinhos pretos – e eu queria saber o que são esses pontinhos pretos? Eles são perfurações existentes ou

775 foram sondagens hidrogeológicas? E já aproveitando o momento, vou fazer outra pergunta: essas manchas vermelhas
776 são o quê? Porque tem uns pontos vermelhos e esses não precisa me responder – são localidades ou municípios, mas
777 tem umas manchas aqui que eu queria saber o que é que se referem essas manchas vermelhas?” **Waldir Costa (da**
778 **UNIECO)**: “Eu poderia responder a respeito dessa numeração, que diz respeito aos números das bacias. Essa primeira,
779 muito grande, de número 8 (oito) é a Bacia do Jatobá que não está pintada aí de amarelo, pois no estudo atual, o estudo
780 recente, foram essas quatro bacias que estão em amarelo: o Cedro, lá em cima do mapa, que está com o número 2
781 (dois).” **Ricardo Braga (da ANE)**: “Isso eu sei, viu **Waldir**, eu estou perguntando sobre os pontos pretos dentro das
782 bacias, se são perfurações, são poços hidrogeológicos de pesquisas?” **Waldir Costa (da UNIECO)**: “Eu realmente não
783 estou vendo no meu mapa esses pontos pretos – a não ser que a minha vista não esteja boa, porque eu não estou
784 vendo ponto preto nenhum!” **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: “Acredito que tenham sido todos os poços que
785 fizeram parte do estudo – agora eu não tenho o detalhamento aqui.” **Waldir Costa (da UNIECO)**: “Eu acredito que esses
786 pontos, agora que estou identificando, esses pontos pretos significa que é uma área sedimentar, porque numa área
787 sedimentar se colocam pontos pretos porque são áreas de sedimentos arenosos; no cristalino, se eu fosse mostrar o
788 restante, com a convenção do cristalino, teria uns “xiszinhos”, mas a área sedimentar, geralmente se representa bem
789 pontilhada – não tem nada a ver com poços, não! É só uma convenção de que um material, numa bacia sedimentar – só
790 isso, não tem nada a ver com poços!” **Ricardo Braga (da ANE)**: “Então significa dizer que: na mancha amarela, onde
791 não tem ponto preto não é sedimentar?” **Waldir Costa (da UNIECO)**: “É sedimentar, só que a amarela representa os 04
792 (quatro) estudos feitos recentemente – são o Cedro, Betânia, Mirandiba e Carnaubeira da Penha, esses quatro amarelos
793 – foi pintado de amarelo porque foi exatamente porque foram objeto desse estudo hidrogeológico e de modelagem
794 numérica para identificação do potencial de exploração dos aquíferos das bacias sedimentares de Cedro, Betânia,
795 Mirandiba e Carnaubeira da Penha – nessas 04 (quatro) bacias os estudos foram concluídos em maio do ano passado e
796 por isso estão pintadas de amarelo, e todas que não estão pintadas de amarelo são mais antigas. Acima, no mapa, tem
797 a número 3(três) que é de São José do Belmonte e que não está pintada de amarelo, porque seus estudos foram feitos
798 em anos anteriores. E dessas bacias interiores, a única que ainda não foi estudada foi a Bacia do Araripe, de número 1
799 (um) no mapa – todas as outras já foram estudadas! Agora, é bom lembrar que os estudos dessa Bacia de Fátima, que
800 está com o número 6 (seis) no mapa, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Pajeú não foram feitos pelo Consórcio atual
801 – ela foi feita pela empresa Schlumberger Serviços de Petróleo LTDA.(SLB), da França, que fez o mapa de zoneamento
802 explorável dessa bacia.” **Simone Rosa**: “Eu acho que foram dados os devidos esclarecimentos a respeito. Não temos
803 mais nenhuma inscrição no Chat sobre esse assunto. Faremos a sequência e depois a gente dá o encaminhamento dos
804 dois estudos.” **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: “Esse é um estudo que foi concluído em 2006, foi contratado
805 pelo ProÁgua, a contratada foi a COSTA consultoria e Serviços Técnicos e Ambientais e o objeto foi o Estudo
806 Hidrogeológico da Bacia Sedimentar de São José do Belmonte e diagnóstico das condições hidrogeológicas da Bacia
807 Sedimentar de Fátima, visando a instalação de sensores telemétricos. Então, na verdade a conclusão, o produto final foi
808 um zoneamento de exploração para a Bacia de São José do Belmonte – que é uma dessas manchas sedimentares e
809 que fosse apresentado um programa de monitoramento dos aquíferos na Bacia de Fátima. Esse também é um estudo
810 que a gente acredita que, através de uma Resolução do CRH, de uma análise da CTAS, será um suporte para a gestão
811 de águas subterrâneas no Estado de Pernambuco, nessas manchas sedimentares. No slide seguinte é só um mapa que
812 mostra, justamente, a localização dessa Bacia Sedimentar de São José do Belmonte, onde nós tivemos como produto
813 desse estudo, o zoneamento de exploração dessa bacia. Pode passar o slide, por favor.” **Simone Rosa**: “Nós já
814 passamos, já estamos visualizando aqui na nossa tela, mas deu um “delay” – que ainda não rodou, está aparecendo
815 aqui para a gente, mas não está ainda aparecendo para vocês.” **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**: “Bem, de
816 qualquer forma só para encerrar, a localização até já aparece no mapa anterior, mas não está pintado de amarelo porque
817 não era objeto do estudo anterior. Então, só para complementar, esse é mais um estudo que foi concluído já há algum
818 tempo, então acho que cabe uma análise se esse estudo precisa de uma atualização, ou se ele já poderia ser a base
819 para a concepção de uma resolução, que pudesse ser efetivamente utilizada para a questão da emissão das outorgas de
820 águas subterrâneas, nessa Bacia de São José do Belmonte. Com isso eu encerro a apresentação e fico à disposição!”
821 **Simone Rosa**: “Obrigada, **Suzana**, pelas suas apresentações e os esclarecimentos da exposição do assunto! Com isso
822 passamos à deliberação! Então, o encaminhamento é que haja uma análise pelos especialistas da área, que
823 evidentemente estão na CTAS. Então, a sugestão dada aqui, de deliberação, é que haja encaminhamento desses
824 estudos para a CTAS, para que a gente tenha uma minuta de resolução – nos moldes como a gente tem hoje do Mapa
825 de Zoneamento Explorável da RMR, e isso evidentemente é um trabalho da CTAS. Antes da deliberação, desculpem! Eu
826 não consultei o Chat da reunião – vejo aqui agora, que nós temos dois inscritos para falar. Temos inscrição do professor

827 **Jaime Cabral** e, em seguida, do professor **Waldir Duarte**. Então, professor **Jaime**, por favor!" **Jaime Cabral (da UPE-**
828 **POLI)**: "Em relação à questão de monitoramento, foi informado que um dos estudos, o de Belmonte, visava essa
829 instalação de sensores para o monitoramento. A gente sabe que é muito importante para poder fazer o gerenciamento é
830 ter o monitoramento para entender as condições em que o aquífero se encontra. Então, eu queria só perguntar como é
831 que está a situação? Foi instalado o monitoramento telemétrico ou não foi possível instalar?" **Simone Rosa**: "Eu peço
832 para a Apac, por favor, responder o questionamento do professor **Jaime**." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**:
833 "Não **Jaime**, nós temos muitas dificuldades aqui, não só com a questão da instalação, mas também com a manutenção!
834 Não é objeto dessa discussão, mas nós estamos agora, inclusive, tentando reativar o sistema de telemetria aqui, na
835 Região Metropolitana – que foi também o resultado de mais de um contrato, pelo PSH-PE, se depois a gente tiver
836 oportunidade – **Crystianne** pode até falar um pouco sobre isso – sobre a questão do monitoramento porque ela está
837 aqui presente. **Crystianne Rosal** é a Diretora de Regulação e Monitoramento da Apac, e sem dúvida que o
838 monitoramento é essencial no processo de gestão, mas tem sido muito difícil – não só conseguir os recursos para a
839 instalação, com também a questão da manutenção dos equipamentos. Se depois houver oportunidade, **Crystianne** pode
840 dar uma breve palavrinha sobre isso, e sobre o monitoramento de águas subterrâneas como um todo, aqui no Estado,
841 por não ter conseguido avançar, pois tem sido mais difícil do que o monitoramento de águas superficiais, por uma série
842 de questões!" **Simone Rosa**: "Obrigada! Então, passamos para o próximo inscrito, professor **Waldir Duarte**, que eu
843 acho que se esqueceu de abrir o seu microfone e não estamos lhe ouvindo!" **Waldir Costa (da UNIECO)**: "Desculpe, em
844 vez de abrir, eu fechei o microfone! Eu acho muito importante que a CTAS, como das outras vezes, elabore as propostas
845 de resoluções para serem aprovadas pelo CRH, a respeito das 05 (cinco) bacias, para as quais já foram elaborados os
846 estudos hidrogeológicos, com o mapa de zoneamento explorável, entretanto, para a Bacia de Fátima – que está indicada
847 no mapinha com o número 10 (dez). Essa bacia não foi feito o estudo hidrogeológico completo – foi feito o estudo pela
848 Schlumberger, da França, há muitos anos atrás, e nós apenas complementamos com os dados para monitoramento,
849 mas não propriamente para um zoneamento – não foi feito estudo de zoneamento lá! Então, eu acredito que para a
850 Bacia de Fátima precisaria ser ainda complementado esse estudo, para ser feito o mapa de zoneamento. Esse
851 monitoramento, através de sensores telemétricos, eu acho de fundamental importância porque, nesse sentido,
852 Pernambuco já deu o primeiro passo em relação a todo o Brasil, quando instalou 10 (dez) poços aqui na RMR em 2003,
853 em que nesses poços foram instalados sensores telemétricos pela CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) quando
854 nós fizemos, e durante dois anos eles funcionaram – até que depois, por força do contrato, que só dava garantia para os
855 sensores de um ano, e esse contrato feito pela CPRH foi com uma empresa da Argentina, que instalou os sensores, e o
856 prazo de validade dos sensores era apenas de um ano! E logo após um ano, alguns sensores já não estavam mais
857 funcionando! Em resumo, depois de 03 (três) anos os 10 (dez) poços não tinham mais nenhum funcionamento de
858 emissão de sinais a respeito daqueles poços! Mas foram muito importantes esses dados iniciais, para mostrar uma série
859 de conclusões a respeito do comportamento da água subterrânea na RMR. Eu digo que esse é um trabalho importante e
860 que nós continuemos a fazer porque no Brasil, de um modo geral, não vem sendo feito isso – está muito atrasado, até
861 mesmo de países menos desenvolvidos como o nosso. Por exemplo, a Argentina montou 100 (cem) poços há 40
862 (quarenta) anos, lá na cidade de Mendoza, na Argentina. São poços que eles usam para a produção de vinhos da
863 Argentina – o vinho Mendoza. Então, toda a água da produção desse vinho vem de poços e eles vêm monitorando,
864 constantemente, há 40 (quarenta) anos os 100 (cem) poços! Então, nesse aspecto, o Brasil está muito atrasado! E
865 Pernambuco deu o primeiro passo no começo da década do ano de 2000 e acho que deve continuar agora, com a
866 instalação de novos sensores, tanto na RMR como nas bacias interiores." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac)**:
867 "Professor **Waldir**, com certeza esse primeiro passo foi muito importante e, oportunamente a gente pode apresentar a
868 esse Conselho esse sistema de monitoramento, que já tem instalação de sensores em cerca de 200 (duzentos) poços
869 aqui na RMR. Inclusive, isso está sendo reativado, porque teve uma série de problemas para a manutenção e esse
870 projeto foi feito em etapas, financiado pelo PSH em alguns poços e, justamente, ele foi idealizado como base para a
871 gestão, inclusive para esses estudos hidrogeológicos porque essa modelagem só é possível quando se tem dados de
872 monitoramento dos poços. Então, depois a gente pode prestar um melhor esclarecimento sobre isso numa outra reunião,
873 de uma forma mais organizada." **Simone Rosa**: "Ok! Nós não temos mais nenhum inscrito aqui no Chat da reunião,
874 então podemos passar para a deliberação, e aí vamos proceder da mesma forma que fizemos nas outras deliberações.
875 A ideia é que a gente possa colocar num bloco só, mas se alguém tiver alguma objeção a um estudo específico – ao de
876 São José do Belmonte ou de outra das bacias, pode se manifestar! Então, peço que se manifestem pelo Chat – se
877 houver algum conselheiro contrário à deliberação! Qual é a deliberação? É o encaminhamento desses estudos para a
878 CTAS – para uma análise e para elaboração de minuta de resolução! Então, quem for favorável, quem considera

879 aprovada a deliberação de que esses estudos, tanto da Bacia de São José do Belmonte, quanto o demais conjunto de
880 bacias – de Cedro, Carnaubeira da Penha, etc., permaneça sem se manifestar! Se alguém tiver alguma posição
881 contrária, eu peço que registre aqui no Chat – se for contrária a São do Belmonte ou outra bacia, por favor, discrimine,
882 porque senão a deliberação será encaminhada – se não houver nenhuma manifestação! Não há nenhum registro aqui de
883 conselheiro que seja contrário! Como já passamos aqui alguns instantes, podemos considerar aprovada! Então, tanto os
884 Estudos Hidrogeológicos das Bacias Sedimentares do Cedro e demais, como o da Bacia Sedimentar de São
885 José do Belmonte terá o encaminhamento para a CTAS fazer sua análise e elaborar uma minuta de Resolução
886 CRH – vamos verificar se a minuta de resolução vai passar pela CTAL também, e depois vai ser encaminhado
887 novamente aqui para a Plenária, acreditamos que na próxima reunião do CRH a gente já tenha isso tratado pelas
888 câmaras técnicas. Com isso nós encerramos a pauta proposta, mas temos aqui o item de Outros Assuntos – até o
889 momento, nenhum conselheiro manifestou, no ponto de Outros Assuntos, se quiser ainda se manifestar eu peço que
890 coloque no Chat! Enquanto isso eu passaria a palavra para **Suzana**, para tratar aquela questão da cobrança, que foi
891 levantada aqui por um conselheiro e ela disse que poderia tratar aqui nos Outros Assuntos. E se mais alguém quiser
892 tratar de outro assunto, por favor, coloque aqui no Chat! **Suzana**, por favor." **Suzana Montenegro (Presidente da**
893 **Apac):** "Bem, eu acho que esse Conselho tem muito vivo na memória a aprovação da minuta do Projeto de Lei que
894 encaminhava, de maneira conjunta, a cobrança, pelo menos do que a gente chamava do envoltório geral – o
895 detalhamento viria "a posteriori", junto com a questão da instituição do sistema estadual de operação, manutenção,
896 gerenciamento do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) com as Bacias Setentrionais – acho que isso está
897 muito vivo e acho que já foi dada a explicação aqui ao Conselho também, pela Secretária **Fernandha**, de que foi
898 avaliado no grupo do Governo, que não era oportuno se encaminhar, no fechamento do ano legislativo, aquele projeto
899 para a Alepe – embora já houvesse até uma expectativa de alguns Deputados nesse sentido. Isso foi postergado para
900 fevereiro, à medida que houvesse a finalização do recesso da Alepe e, ao final o que seria em fevereiro, não vamos abrir
901 a discussão em março – e todo mundo já sabe o que aconteceu! Então, não havia condições nesse momento em que o
902 Estado está muito preocupado com ações básicas relacionadas à saúde, à segurança do cidadão, encaminhar um
903 Projeto de Lei para a Alepe! Isso não está adormecido, não está esquecido. O Estado precisa instituir essa ferramenta de
904 gestão, que é um dos nossos instrumentos instituídos por Lei – nós temos uma base legal para implementar a cobrança!
905 Então, isso está na nossa pauta, como o órgão de implementação da política dos instrumentos de gestão, juntamente
906 com a Secretária da Seinfra, com a Secretária Executiva, **Simone**. Isso tem sido sempre objeto de discussão de qual a
907 melhor maneira estratégica para que isso, efetivamente, volte à pauta do Governo e seja encaminhado à Alepe. Gostaria
908 de só ressaltar que no país várias instituições, com o instrumento cobrança já implementado, foi temporariamente
909 suspenso, justamente pela questão dos impactos econômicos da Pandemia! Infelizmente isso atrapalha ainda mais, no
910 momento, esses nossos encaminhamentos, mas acho que é legítimo esse Conselho, de fato, questionar o que foi que
911 andou – desde a nossa última reunião e após os últimos esclarecimentos! Em síntese é isso, eu não sei se **Simone** quer
912 acrescentar alguma coisa, mas acho que é só para dizer que, efetivamente, nós não avançamos." **Simone Rosa:**
913 "Obrigada **Suzana**, pelos esclarecimentos! Mas eu acho que você conseguiu colocar de forma abrangente. Nós temos
914 aqui a inscrição da Fazenda Fieza e eu entendi que a gente tem inscrição, tanto do titular quanto do suplente, de **Jorge**
915 **Fieza** e de **Paulo André** – me confirme por favor, porque tem duas inscrições aqui, com o **Jorge** como Fazenda Fieza e
916 eu acho importante porque **Jorge** é o Coordenador da CTOC (Câmara Técnica de Outorga e Cobrança), mas quem se
917 inscreveu primeiro foi o **Paulo André**. Então, pode se manifestar **Paulo André** e, na sequência aqui, **Jorge Fieza**."
918 **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza):** "Muito obrigado pela fala dupla, eu começo somente para relembrar dois pontos:
919 uma é a questão da cobrança, no que se refere ao pagamento por serviços ambientais, para quem faz a devolução da
920 água tratada, de quem faz a devolução da água do rio, que seria uma forma de incentivar um tratamento de água dentro
921 de sua própria indústria, sua própria residência, o que seria então uma compensação. Então, eu gostaria que a gente
922 debatesse sobre isso no próximo encontro; e o segundo ponto que quero falar é a questão, que noutra oportunidade eu
923 já falei, que é o Selo de Eficiência – principalmente para a agricultura e para a indústria. Fala-se muito na economia de
924 água residencial, embora a maior parte da água seja usada pela indústria e, principalmente, pela agropecuária! **João**
925 **Pessoa** tenha paciência, a gente até já conversou sobre isso – eu acho que **João Pessoa** é um exemplo de como
926 utilizar bem essa água – até o primeiro selo poderia ser dele! Então, pensar e discutir essa questão do Selo de Eficiência
927 – como já existe para eletrodomésticos, para carro. As indústrias e as empresas de agropecuária também terem esse
928 Selo de Eficiência de Uso da Água. São dois pontos que eu gostaria que se colocasse para pensamento, para discussão,
929 nas próximas reuniões. Muito obrigado!" **Simone Rosa:** "**Suzana** está pedindo um aparte, imagino que seja sobre esse
930 comentário, então por favor **Suzana**." **Suzana Montenegro (Presidente da Apac):** "Muito oportuna essas duas




931 sugestões porque nós temos que lembrar que a cobrança, se coloca aqui, como um instrumento de gestão! Então, todo
932 qualquer outro incentivo para o uso eficiente da água, o Selo de Eficiência, o estímulo a serviços ambientais, serviços
933 ecossistêmicos, é muito bem-vindo – tudo isso é muito bem-vindo no contexto da gestão! Acho que nós podemos sim,
934 abrir essa discussão, inclusive aqui na Apac nós temos um Projeto-Piloto de Pagamento de Serviço Ambiental – primeiro
935 projeto no Estado de Pernambuco para a Bacia do Bitury, que é fomentado dentro do PSA-Ipojuca e foi um contrato
936 gerenciado pela Apac, mas hoje nós já avançamos muito. É uma pena que **Inamara** tenha sido da reunião, porque existe
937 uma política estadual, um Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, que é coordenado pela Secretaria
938 Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas). Então, esse primeiro Projeto-Piloto pode ser
939 exatamente o despertar dessa discussão e dessa implementação no Estado – como parte da gestão!" **Jorge Fieza.**"
940 **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza):** "Muito bem, é exatamente isso! Eu tive uma reunião, agora pela manhã, com uns
941 empresários aqui da cidade e o próprio Moda Center, que é um super centro comercial que existe aqui, está muito
942 disposto a melhorar a qualidade da água que eles devolvem ao rio, havendo um prêmio por isso – até um Selo de
943 Eficiência, acho que então seria uma maneira de a gente melhorar sobre isso. Mais uma vez, muito obrigado!" **Simone**
944 **Rosa:** "Então passo a palavra para o conselheiro **Jorge Fieza**, inscrito aqui para tratar do assunto." **Jorge Fieza (da**
945 **Assoc. Fazenda Fieza):** "Bom dia a todos, talvez boa tarde, já! Estou falando agora, também como Coordenador da
946 CTOC. Nós tivemos a nossa primeira reunião virtual da CTOC, recentemente, que foi uma reunião muito proveitosa,
947 onde **Ioná** foi eleita Relatora e tivemos uma presença – posso dizer "extensa" da Apac, tivemos duas apresentações
948 sobre o Projeto de Lei da Cobrança e sobre o Projeto de Lei da Integração com o São Francisco. E aí percebemos que o
949 Projeto de Lei do São Francisco e todo esse sistema de integração está sendo dado andamento, precisam ainda de
950 resultados de consultoria – tem uns trabalhos ainda a serem feitos, mas que em relação ao Projeto de Lei enviado a
951 Alepe, sobre a Cobrança Pelo Uso da Água, ninguém sabia informar sequer o status naquele momento. Foi uma
952 apresentação da Apac e também da Secretaria, então fiquei surpreso agora, que houve aqui uma atualização das
953 informações – fui pego aqui desprevenido, não estava esperando de forma alguma que houvesse alguma manifestação
954 sobre esse assunto! Então, gostaria por favor, que fosse repetido pela Dra. **Suzana**, sinteticamente e objetivamente, qual
955 é a expectativa da Apac, em relação ao Projeto de Lei da Cobrança pelo uso da Água – pelo que eu entendi vão esperar
956 novamente um cenário favorável, foi o que eu entendi! Mas na verdade, minha ação prevista seria enviar, como
957 Coordenador da CTOC, um ofício a Alepe, pedindo esclarecimentos sobre o que aconteceu ali – porque ninguém sabia
958 informar! Foi descartado, eram dois Projetos de Lei que eram conjugados, e seguiu à frente o do PISF, e o que
959 aconteceu com o da cobrança – morreu, tem que voltar? Foi separado? Porque é muito diferente ele ser separado e
960 correr separadamente, e ser descartado – toda aquela seção foi descartada, e ter que começar tudo de novo, e seria
961 novamente o CRH que proporia a Alepe, seria a Apac que proporia a Alepe – e a Apac não está disposta – é isso? Como
962 se dá e como fica a CTOC nesse processo? Obrigado!" **Simone Rosa:** "Nós temos mais duas inscrições – você quer
963 responder logo, **Suzana**, ou quer ouvir as outras pessoas?" **Suzana Montenegro (Presidente da Apac):** "Quero sim,
964 porque pode até ajudar nas próximas perguntas! Bem, nada foi descartado! A partir da aprovação da matéria, pelo CRH,
965 a Secretária encaminha ao Governador do Estado e o encaminhamento à Alepe é feita pelo Governador! Então, nós não
966 temos, não tem nenhum passo que não tenha exclusividade da atuação do Governador para ir para a frente! Eu acho
967 que nada foi modificado, o que foi decidido pelo Governador, pelos Secretários, é que apenas um extrato da parte do
968 Projeto de Lei – que se referia à implementação do PISF no Estado de Pernambuco, ela seria enviada para a Alepe –
969 como foi, e resultou numa Lei Estadual, que foi publicada – se não me engano, no dia 23 (vinte e três) de dezembro, eu
970 posso oportunamente achar e colocar aqui, apenas instituindo o sistema estadual para operação, manutenção e controle
971 do PISF no Estado de Pernambuco, estabelecendo uma conta-garantia – isso era essencial porque naquele momento
972 estava sendo colocado que os Governos Estaduais dos 04 (quatro) Estados Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte
973 e Ceará, teriam que assinar os contratos com a operadora federal do PISF. Então, a decisão estratégica do Governador
974 foi enviar só a instituição da operadora estadual – que foi a Apac, estava naquela proposta de Projeto de Lei que foi
975 aprovada no CRH, e instituir o Fundo de Participação do Estado (FPE), como uma conta-garantia para o PISF. De forma
976 muito resumida, isso foi um extrato do que foi aprovado pelo CRH. Então, o meu entendimento é de que nada mudou,
977 ninguém desfez ou descartou nada, e nem esse projeto da cobrança – a parte da cobrança, inclusive, da cobrança pela
978 água do PISF – que é de outra natureza, foi encaminhado à Alepe. Tudo isso está na espera do Governador – porque é
979 decisão do Governador do momento estratégico de enviar isso à Alepe! Eu entendo que esse Conselho pode sim, se
980 manifestar, indagando quais as perspectivas de encaminhamento à Alepe, do que foi aprovado pelo CRH – mas nada foi
981 descartado!" **Simone Rosa:** "Obrigada pelos esclarecimentos, **Suzana**! Temos ainda inscritos, para falar sobre esse
982 tema, a **Kátia Távora (do DNOCS)**, e logo depois, o conselheiro **Ricardo**! Então, **Kátia**, por favor." **Kátia Távora (do**



983 **DNOCS**): "Boa tarde a todos! Eu queria aproveitar esse tema da questão da cobrança, daquela reunião – acho que foi a
984 última reunião do ano passado. Eu acho que se houvesse a possibilidade de uma rediscussão desse projeto da
985 cobrança, porque houve grande atropelo, pelo exíguo tempo que foi dado, tanto para a CTALI – que não chegou sequer
986 a analisar porque um Projeto de Lei não é uma coisa que você analise dentro de uma hora e nem num expediente, pois
987 precisaria de um tempo maior, até a gente pensando em um resultado final eficiente e eficaz nessa questão, como
988 também houve aquela votação ali no CRH – que foi muito atropelada, diante dessa questão do tempo dos dois projetos
989 que estavam juntos. Houve, inclusive, uma discussão nesse sentido na CTALI, mas não foi concluída, para serem dois
990 projetos separados porque são objetos diferentes. Então, a minha sugestão é que a gente voltasse à rediscussão do
991 Projeto de Lei da Cobrança, inclusive, com um trabalho junto aos COBHs – referente a esse tema da cobrança – com
992 maiores detalhes porque, na realidade, o COBH é quem vai aprovar valores e a cobrança em si! E ontem, na Reunião do
993 COBH-Una isso ficou bem claro – o despreparo dos comitês neste sentido, por falta de informação, por falta de
994 conhecimento, inclusive, a destinação desses recursos, que mais uma vez – como foi colocado por **Clênio**, ele vai para
995 aquele fundo, o Fehidro, e a gente sabe das dificuldades que se tem na área de recursos hídricos, em aplicação desses
996 recursos porque ele é contingenciado pelo Governo. Então, isso é preciso que fique muito claro, não só a Legislação
997 com relação à cobrança, instituição da cobrança, mas isso, dentro dos COBHs. Vamos dizer que, a minha fala parte
998 nesse sentido, de a gente refletir sobre o Projeto de Lei – do que aconteceu no ano passado, do resultado disso, e é
999 como se houvesse uma segunda oportunidade no sentido de a gente ampliar o debate, a decisão ser mais participativa e
1000 trazer para essa discussão os COBHs. Obrigada!" **Simone Rosa**: "Temos inscritos também **Ricardo Braga**, por favor,
1001 pode se manifestar!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Eu corroboro a colocação de **Kátia**, porque eu me recordo que houve
1002 aquela "urgência" para mandar, em caráter extraordinário, no final do ano porque era oportuno, mas que uma vez não
1003 sendo discutido e aprovado na Alepe, seria prudente um maior aprofundamento, ou pelo menos, a sedimentação disso –
1004 o que não significa voltar a toda discussão, mas vamos ver que pontos ainda são conflituosos e que pontos são de
1005 dúvidas, e trabalhar esses pontos, para a gente não voltar a fazer toda uma discussão novamente, porque seria muito
1006 "kafikiano". Agora, aproveito até e digo que fiquei satisfeito em ver a **Kátia**, porque eu pensava que ela já tinha saído do
1007 circuito do CRH e das câmaras técnicas." **Kátia Távora (do DNOCS)**: "Na realidade, hoje quem representa o DNOCS,
1008 no CRH, é **Alexandre Moura**, que está aqui presente. Eu estou em vias de me aposentar, mas por mais uns dias ainda
1009 estou no DNOCS, que necessita desse trabalho, mas estou já saindo!" **Ricardo Braga (da ANE)**: "Então eu requisitaria
1010 você, ainda com esse finzinho aí, para participar da CTALI porque você tem essa memória, assim como a **Edneida** tinha
1011 e tem, mas que não está participando no momento, porque estamos carecendo lá de pessoas que tenham essa reflexão
1012 sobre esse assunto especificamente – que foi tão discutido lá! Agora, o que eu me inscrevi é para colocar uma reflexão
1013 em relação ao que o **Jorge Fieza** colocou, em relação a fazer um ofício para a Alepe. Estou aqui com o nosso
1014 Regimento, e acho inclusive, que nesse ponto ele não vai mudar, quando ele fala sobre o que é que a câmara técnica
1015 tem de prerrogativa. Então, num dos Artigos, diz basicamente que, a câmara técnica tem a função de assessorar o CRH!
1016 Então, quem precisa ou pode se manifestar, junto à Alepe ou junto ao Governador ou junto a qualquer outro órgão, é o
1017 CRH – por deliberação do CRH! Ou então, a Apac, que é outra instituição, a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos,
1018 mas não, a câmara técnica - qualquer uma delas, nem de águas subterrâneas, nem CTALI e nem CTOC – nenhuma,
1019 porque ela é de assessoria específica ao CRH. Estão mostrando aí no slide! O Regimento do CRH, das câmaras
1020 técnicas, Art.29 – todo mundo sabe! É uma observação que não é específica ao que **Jorge** falou, mas é genérica – a
1021 gente não pode ter a ideia de que a câmara técnica é uma instituição em si, ela é uma instância de apoio à Plenária e à
1022 Presidência do CRH! Vejam o Art.29 do Regimento: "As câmaras técnicas, são órgãos de assessoramento do Plenário e
1023 terão caráter permanente, serão constituídas, etc." - é só isso aí!" **Simone Rosa**: "Obrigada, **Ricardo**! Foi muito oportuno
1024 esse seu esclarecimento. Eu queria já passar para o Encerramento da Reunião. Não, **Jorge** já se manifestou não foi?
1025 Certo! Eu queria só pedir que você fosse bem sucinto por conta do avançado da hora, e a gente já tem outros
1026 compromissos agendados posteriormente, ara a gente poder objetivar bem e poder proceder ao Encerramento, por
1027 favor." **Jorge Fieza (da Assoc. Fazenda Fieza)**: "Primeiro, eu quero agradecer ao professor **Ricardo** por sua
1028 contribuição técnica, em relação ao Regimento – meu objetivo, com essa comunicação, seria de fazer uma consulta,
1029 como poderia também convidar pessoas para embasar a discussão da câmara técnica – não seria uma cobrança, nem
1030 uma coisa assim – seria uma consulta para saber como é que está o processo. Porém, de toda forma eu falei, me
1031 comuniquei com **Sandra Ferraz**, que por sua vez também falou com **Simone Rosa** sobre essa possibilidade, mas de
1032 toda forma, visto que a Dra. **Suzana** já explicou aqui o que aconteceu e onde está o status do processo – e aí eu
1033 corroboro que não seria mais necessário ter essa comunicação para a Alepe – porque não chegou nem sequer à Alepe!
1034 Eu corroboro com **Kátia**, que por sinal, eu não sabia que ela estava se aposentando – desejo uma boa fase na sua vida!

1035 Mas corroboro com ela no sentido de é preciso voltar à discussão porque o que foi enviado para o Governador foi uma
1036 coisa – a tendência é que seja modificado, não é mais a mesma coisa, tem que voltar! E aí eu sugiro que seja feito um
1037 trabalho conjunto da CTALI com a CTOC, pois a gente tem uma reunião no dia 07 (sete) de outubro, que é a próxima
1038 reunião ordinária da CTOC, em que podemos articular esse trabalho conjunto. É isso, obrigado!" **Simone Rosa:**
1039 "Obrigada, **Jorge!** Nós vamos ver como vai ser conduzido esse assunto, mas o assunto da cobrança já foi amplamente
1040 discutido com os COBHs, a questão de tarifas e tudo, pois é um assunto bastante polêmico. Então, a gente vai ver como
1041 vai ser a condução desse assunto – que inclusive eu queria fechar um pouco porque não é ponto de pauta desta reunião,
1042 a questão da cobrança, então não pode nem se entender e nem muito menos deliberar nada sobre isso nessa reunião.
1043 Nem um outro conselheiro, nem participante, se manifestou aqui, sobre algum outro ponto de Outros Assuntos, então
1044 entendo que não temos nenhum outro assunto a ser tratado nessa reunião. **Alexandre (do DNOCS)** quer falar."
1045 **Alexandre Moura (do DNOCS):** "Eu queria só falar, porque foi dada uma sugestão sobre a questão do Projeto de Lei, e
1046 mesmo não estando pautada essa temática nessa reunião, mas que se faça uma marcação." **Simone Rosa:** "Desculpe
1047 eu interromper **Alexandre**, mas só para a gente manter uma questão de ordem, porque eu sempre olho pelo Chat para
1048 ver quem está inscrito, por isso até que eu pedi para você baixar o microfone, porque eu não sabia que você queria se
1049 manifestar. Até porque está todo mundo tão disciplinado, eu queria até parabenizar os conselheiros por isso, porque a
1050 gente conseguiu manter o procedimento bem organizado. Então, você está inscrito para falar, embora não tenha
1051 colocado no Chat, é isso **Alexandre?** Ok, então por favor, vamos abrir essa exceção, pode se manifestar. Eu peço só
1052 que você seja sucinto, que a gente já está aqui passando do nosso prazo para o Encerramento!" **Alexandre Moura (do**
1053 **DNOCS):** "Nessa questão que teve duas solicitações e alguns reconhecimentos da necessidade de se voltar a discutir
1054 essa questão do Projeto de Lei da Cobrança, mesmo não tendo essa temática pautada nesta reunião, mas que a gente
1055 proceda um encaminhamento – não é uma questão de votação, mas é uma questão de encaminhamento para que na
1056 próxima reunião possamos discutir esse ponto – era isso que eu queria trazer." **Simone Rosa:** "Ok, então ouvimos todos
1057 que quiseram se manifestar, eu queria lembrar que a nossa próxima reunião será no dia 10 (dez) de dezembro de 2020 –
1058 está programada pelo Calendário o dia 10 (dez) de dezembro a nossa próxima Reunião Ordinária. Então, caso haja
1059 alguma necessidade poderemos convocar alguma Extraordinária, senão teremos essa próxima reunião no dia 10(dez) de
1060 dezembro. Queria lembrar também para o nosso conselheiro **Ricardo Braga** – Coordenador da CTALI, a questão da
1061 Atualização do Regimento Interno, que já foi revisado pelo Grupo de Trabalho (GT), que trabalhou exaustivamente. Eu
1062 sei que houve muitas demandas – eu queria até agradecer publicamente aqui na Plenária, pelo empenho do
1063 Coordenador da CTALI, porque realmente houve uma carga de trabalho bem considerável, e a gente sabe que a CTALI
1064 tem trabalhado bastante – como outras também! A CTAS também se reúne bastante, mas que essa questão do
1065 Regimento seria interessante que a gente já pudesse trazer na nossa próxima Reunião Ordinária, em dezembro. Então,
1066 temos ainda alguns meses até lá, sei que as demandas são muitas, mas eu gostaria de registrar essa solicitação!"
1067 **Ricardo Braga (da ANE):** "Espero que seja realmente possível. Está dentro da programação que a gente passe, a partir
1068 da próxima reunião, a fechar essa questão do Regimento." **Simone Rosa:** "Obrigada, **Ricardo Braga!** Então, não
1069 havendo mais manifestações, eu encerro a reunião, agradeço a presença de todos e enviaremos aí, conforme foi
1070 solicitado, a questão do Calendário das Reuniões dos CONSUs, via e-mail, com os links para a participação.
1071 Agradecemos a todos e uma boa tarde a todos!XX

1072
1073


SIMONE ROSA DA SILVA
Secretária Executiva do CRH

